



Fernando L. Fonseca

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DO CONDE

ALUGUEL

DE

ALUGUEL



Pertence ao Convento
São Antonio

A BAHIA E O RECÔNCAVO 4

SÉRIE ARTE E MONUMENTOS

Publicações do
Museu do
Recôncavo Wanderley Pinho
1975

O CONVENTO DE
SÃO FRANCISCO DO CONDE

Fernando L. Fonseca

Cidade do Salvador

CONVENÇÃO DE
SÃO FRANCISCO DO CONDE

Fernando A. Fonseca

ESTA EDIÇÃO FOI PATROCINADA PELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE



O Convento de São Francisco do Conde

Introdução

O presente trabalho faz parte do Plano Geral de Pesquisas "Arquitetura Religiosa do Recôncavo", desenvolvido pelo Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Desse plano, em execução, foram destacados os trabalhos sobre os conventos franciscanos do Recôncavo, localizados às margens do Rio Paraguaçu, na Vila de S. Francisco do Conde e em Cairu, para atender à solicitação feita pelo Museu Wanderley Pinho, empenhado em publicar uma coleção de estudos sobre o Recôncavo.

*Período áureo
da arquitetura
no Brasil*

A escolha dos conventos franciscanos deve-se ao fato de que essas estruturas marcaram, por suas características e muito especialmente pelo trabalho zeloso dos irmãos capuchos, um período áureo da arquitetura no Brasil. A lide cotidiana dos franciscanos solidificou por quatro séculos nas terras brasileiras o fervor religioso, trazendo a paz e a tranquilidade aos devotos de S. Francisco e Santo Antônio. Embora sendo uma organização pobre, conseguiram os irmãos menores, vivendo de esmolas, construir monumentais igrejas e repartir com os mais pobres o pão diário para o sustento físico, enquanto fortaleciam com palavras cheias de ensinamento a alma de cada um dos fiéis. Levando consolo aos desesperados, despertando vocações e humildemente vivendo no anonimato, conseguiram criar um verdadeiro mundo cristão por onde passaram. A força desse exemplo levou-nos à escolha dos três conventos de Santo Antônio citados, porque representam também em termos de arquitetura uma sábia lição a ser seguida. Cada um deles possui uma história particular, que vai enriquecer o nosso acervo cultural. Por isso mesmo, torna-se necessária uma ação eficiente no sentido de que esses monumentos da nossa cultura passada sejam preservados.

Os conventos franciscanos não podem ser estudados isoladamente. A própria estrutura comunitária dos irmãos menores, ao voltar-se

para o mundo, desenvolve uma filosofia humanista, criando elos de ligação com o século, do qual depende e ao qual acompanha. A cada momento, devemos recorrer aos dias primitivos da grandiosa empresa idealizada por Frei Francisco de Assis e devemos recordar também aquela figura humilde e quase apagada de Frei Antônio de Lisboa, que se acendeu repentinamente para, com sua voz sonora e comunicante, converter hereges e pecadores, para a maior glória de Deus.

O nome de Santo Antônio enfileira-se no mesmo nível dos grandes Bispos da Igreja e vai atravessar os mares e encontrar no Brasil uma nova Pátria.

Frei Antônio nasceu da família nobre dos Bulhões, a 15 de agosto de 1195, em Lisboa, recebendo no batismo o nome de Fernando. Desejando seu pai que seguisse a carreira das armas, preferiu as letras e entrou para o Convento de S. Vicente de Fora, onde estudou dois anos.

Desejando romper os laços familiares, transferiu-se para Coimbra e aí, no Convento de Santa Cruz, onde passou oito anos, continuou os estudos e tomou o hábito de sacerdote. O seu ideal, porém, estava em abandonar o século e glorificar-se com o seu martírio. Por isso busca no eremitério dos Olivares o recolhimento necessário, onde passa a ser chamado Frei Antônio. Ao pretender cumprir o ideal de ser martirizado pelos hereges mouros de Morrocos, como os 5 primeiros mártires franciscanos, Berardo, Oto, Pedro, Acúrcio e Adjuto, vê frustrada a sua empresa e retorna à Europa, acometido de malária. Uma inesperada tempestade desvia o curso do barco onde viajava e vai aportar na Sicília, onde Antônio encontra no recolhimento de Messina o lugar certo para fazer crescer a sua humildade. Os anos de recolhimento são como uma preparação para a grande tarefa que lhe estava reservada. Em 1221, encontrava-se em Assis, onde conheceu Francisco numa congregação, mas não se falaram. Guardando uma humildade fora do comum, os dois grandes irmãos trocaram olhares muito mais significativos que palavras e as duas almas entenderam-se perfeitamente. A revelação de Santo Antônio só se daria, porém, no tempo em que iria ao Convento de Forlì assistir a uma solenidade de ordenação. Convidado a falar, revelou-se grande pregador, sem que na verdade o desejasse ser. Por ordem de S. Francisco de Assis, saiu daí para levar a palavra de Cristo a quem dela necessitasse e assim correu quase toda a Europa como um peregrino que tinha um encargo a cumprir, curando enfermos, convertendo hereges e fazendo milagres.

Morreu depois de muitos sofrimentos, em Pádua, na sexta-feira

A glória
pelo martírio

de 13 de junho de 1231 e foi canonizado em 1232 pelo Papa Gregório IX, no dia 30 de maio, em Spoleto, enquanto nesse mesmo dia, em Lisboa, dava-se um fato memorável: "repicaram os sinos da cidade festivamente sem que ninguém os movesse"¹. Quase quatro séculos depois os franciscanos estão no Brasil trazendo os ensinamentos de Santo Antônio e construindo igrejas e conventos sob sua invocação.

As suas raízes portuguesas encontraram nas terras brasileiras o campo fértil para crescer em árvore frondosa e de bons frutos.

O Sítio

Quem parte da Cidade do Salvador, por mar, para atingir o sítio onde está edificado o Convento de Santo Antônio de S. Francisco do Conde, deve deixar que a viração conduza o barco até aquele estreito canal entre as Ilhas dos Frades e de Cururupeba, hoje Madre de Deus. Ao atravessar o Boqueirão, profundo e temido pelos pescadores, divisará por todos os lados um mar calmo e tranqüilo, onde se elevam as ilhas de Bom Jesus, Santo Antônio, Capeta, das Vacas, Maria Guarda e Bimbarra. Cortando esse recôncavo paradisíaco, onde o céu parece mais azul e a vegetação mais verde e exuberante, nascendo à borda d'água, o barco deve ser dirigido a outro estreito canal entre as Ilhas das Vacas e Maria Guarda. Novo recôncavo amplo e mais misterioso abrir-se-á em frente como a anunciar um novo mundo. As colinas das terras continentais recortam-se longinquamente no horizonte acinzentado e fugidio do oeste, onde em noites especiais espoucam foguetes festivos nas povoações do Acupe, da Saubara e de Bom Jesus dos Pobres. Passado o canal, o barco deve aproar para o norte e, costeando as terras, buscar atrás da Ilha das Fontes os recôncavos de Marapé e a boca do rio Sergipe do Conde. As águas, agora turvas, denunciam o conflito do salgado e o doce.

Passada a Ilha das Fontes, podemos vislumbrar à nossa frente a massa arquitetural do Convento de Santo Antônio, com suas torres de pirâmide apontando o céu. A medida que nos aproximamos da terra, o rio vai surgindo, deixando à mostra a nesga oblonga da Ilha de Cajaíba. No recôncavo de Marapé começavam as terras do Conde de Linhares, que vão até a junção dos Rios Traripe e Subaé. Voltando daí para o salgado, entre Cajaíba e o Continente, para o lado do nascente, ergue-se a Vila de S. Francisco, pacata, tranqüila, recolhida na-

*A Vila de
São Francisco
do Conde*

quele recôndito recôncavo, como se fora uma floração natural entre a mata verdejante. As casas aconchegadas umas às outras buscam, num esforço único, galgar os morros, qm caminho da igreja conventual destacada na elevação.

Se buscarmos o princípio daquela povoação devemos continuar singrando as águas, passando pelos esteiros irregulares das margens fartas de caranguejos e mariscos, até descobrirmos na margem direita de quem desce o rio a chaminé de seção quadrada do Engenho do Conde. Ai, nessas terras, que foram do Governador Mem de Sá, deu-se princípio ao processo de colonização da região, quando foi construído o engenho que passou por sua morte a seu genro D. Fernando, Conde de Linhares, que não veio ao Brasil tomar posse de seus bens. Depois de sua morte passou à Condessa e daí ao Colégio de S. Antônio de Lisboa, que por sua vez entregou a administração aos padres da Companhia de Jesus sediados em Salvador. Em volta do engenho começaram a aglomerar-se pessoas que viviam na sua dependência: pescadores, lavradores, oficiais mecânicos, comerciantes, criando assim uma pequena povoação chamada *o sitio*². Com a divisão das terras, chegaram mais tarde os beneditinos, administrando o engenho e construindo a Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora de Brotas. A povoação construída logo à entrada do rio começava a crescer e enriquecer com a prosperidade dos engenhos. Quando, no fim do século XVII a povoação foi elevada à categoria de vila, muitas famílias de Salvador preferiram encontrar naqueles ares melhor repouso. Vivendo agora com uma administração organizada, com Casa de Câmara e Cadeia, igualava-se às prósperas Vilas de Jaguaripe e Cachoeira, os três pólos mais importantes de desenvolvimento político, econômico, social e também religioso do Recôncavo dos tempos coloniais. Instalada a vila pelo desembargador Estêvão Ferraz de Campos a 16 de fevereiro de 1698, com Te-Deum e sessão solene, os oficiais da Câmara e o Juiz intentaram mudar-lhe o nome para Vila de S. Gonçalo, pois já existia a igreja com vigário desde 1678, assinando papéis com esse título. O síndico do Convento, Francisco da Fonseca Vilas Boas, interpôs agravo para a Relação da Bahia, tendo sido julgado a 24 de maio de 1698, mantendo-se assim o nome que ficou até hoje de Vila de S. Francisco³.

Por esse tempo possuía 100 vizinhos.

Na relação das freguesias de 1757, encontramos a Vila de S. Francisco com 325 fogos e 2.724 almas. Esse desenvolvimento foi devido, sem dúvida, à prosperidade dos engenhos de açúcar que encontraram no massapé da região a fonte necessária de riqueza para os canaviais.

Do grande sítio primitivo foram sendo destacados, sucessivamente, muitos povoados que passaram à categoria de vilas e chegaram a se constituir cidades, muito antes da célula mater possuir esse título. Haja vista que, desmembrando-se de seu território, a povoação de Santo Amaro, situada logo acima do Engenho do Conde e às margens do Traripe e também mais tarde Subaé e Sergi-Mirim, conseguiu um desenvolvimento muito mais rápido, em virtude das melhores condições topográficas daquela região, contrastando com as irregularidades naturais da antiga vila. O massapê fertilíssimo da região mais baixa possibilitava maiores facilidades à cultura da cana, ficando os terrenos da vila reservados para as roças de mandioca e algodão. A localização de novos engenhos naquela zona de Santo Amaro vai possibilitar um florescimento de riquezas bem maiores e, em pouco tempo, Santo Amaro chegou à categoria de vila, ficando a antiga vila da Barra do Sergipe do Conde como entreposto comercial ou, mais especialmente, fornecedora direta e diária dos afamados camarões e dos pescados saborosos.

Cumpria, assim, o destino de desmembramento de terras em virtude da expansão demográfica em outras áreas. Nem por isso perdeu o seu prestígio. Continuou tranqüila e silenciosa, aguardando a grande revelação da natureza naquelas águas turvas do grande recôncavo à sua frente. Deixou passar silente e calma o tempo e esperou sem pressa o seu destino. No século XIX, juntou-se às outras vilas do Recôncavo, fazendo acender o fogo patriótico em seus filhos para as lutas da Independência.

O sino da Casa da Câmara e Cadeia chamou a população para a grande solenidade de aclamação do Príncipe D. Pedro como Regente do Brasil e a vila vibrou de entusiasmo ao participar das lutas.

Mais uma vez, no convento dos franciscanos, o Te-Deum foi entoado para pedir graças ao Senhor pela firme decisão a tomar, como acontecera em 1698, quando a povoação foi elevada a categoria de vila.

Frei Bastos, aquele mesmo franciscano que encontramos fazendo profissão no Paraguaçu, em 1795⁴, ocupava o púlpito para apoiar as idéias de Independência, e Frei Paulo do Bom Jesus é encontrado presidindo os atos solenes de juramento de fidelidade a D. Pedro, pelos moradores de S. Francisco do Conde⁵, numa demonstração de que os franciscanos participavam ativamente dos atos mais importantes da vila, marcando assim a sua presença no desenvolvimento daquela povoação.

Passada a Independência, a vila voltou à sua tranqüilidade e

quase ficou esquecida, aguardando, certamente, o momento de aparecer. Qual um relâmpago que se acende bruscamente no céu, cresceu no entanto em cidade e passou a ser uma das mais queridas do Brasil. O petróleo, aflorando nas águas turvas de seu recôncavo, contribuiu substancialmente para o desenvolvimento e o progresso.

O seu destino é ser uma cidade resguardada sob a proteção de Santo Antônio, que fizera agora, à maneira daquele milagre dos peixes, o milagre do petróleo.

A Gente

Não é fácil para quem pretende realizar um estudo demográfico das cidades do Recôncavo encontrar material farto e de consulta imediata. Os documentos que demonstram uma preocupação censitária para permitir uma avaliação do número, mesmo aproximado, de pessoas existentes em uma povoação em determinada época, são escassos. As notícias sobre as freguesias, solicitadas pelo Governo eclesiástico nos primeiros anos da segunda metade do século XVIII, parecem ser os documentos da maior importância para estudos desse gênero e que podem nos fornecer uma visão, embora restrita, do estado populacional de cada freguesia.

Para a Vila de S. Francisco do Conde, além das anotações aqui feitas, indicamos aos estudiosos da matéria os inventários da Vila de S. Francisco, publicados pelo Arquivo Público, que nos parecem ser da mais alta valia⁶.

Embora sem a profundidade necessária e tendo em vista os possíveis erros decorrentes de nossas limitações, visualizamos uma evolução franca na vila e circunvizinhanças. O primeiro núcleo que se formou na barra do Rio Sergi-Mirim, próximo ao Engenho do Conde, com poucos moradores no século XVI, desenvolveu-se no sítio que no fim do século XVII vai ser elevado à categoria de vila. Não o seria se a sua população não estivesse em crescimento e teve, por isso mesmo, juntamente com Jaguaripe e Cachoeira, o título de vila, com organização administrativa capaz de reger os destinos de seus moradores. Ao iniciar o século XVIII são contados 100 vizinhos⁷, que representam casas, devendo a sua população ser estimada em 500 pessoas, acrescentando-se também os escravos que não eram contados e mais os engenhos das circunvizinhanças e povoados. Devia ter por esse

tempo 2.000 a 3.000 pessoas. No início da 2.^a metade do século XVIII são contados nos termos da freguesia de S. Gonçalo 325 fogos com 2.724 almas, possuindo aí 6 capelas filiais e 14 engenhos de açúcar⁸.

Ao fim do século XVIII são arroladas 11.735 almas, enquanto a vila de Santo Amaro, já desmembrada, possuía 14.310 almas⁹. No século XIX, em 1872, possuía 17.966 pessoas e em 1892 eram 24.195¹⁰ ou já 25.000 pessoas¹¹. Nessas últimas estatísticas foram arroladas as freguesias de S. Gonçalo, Nossa Senhora do Monte, Madre de Deus, São Sebastião e Nossa Senhora do Socorro, vez que pertenciam à vila. Dessas anotações, pode-se depreender o desenvolvimento que teve a Vila de S. Francisco e a sua importância como um outro centro comercial do Recôncavo, próximo aos engenhos de açúcar.

José Antônio Caldas informa ao fim do século XVIII, sem se referir à sua população, que a vila estava "guarnecida com um terço de ordenanças, que consta de 16 companhias com seu capitão-mor, sargento-mor e quatro ajudantes, 16 capitães, 16 alferes, 16 sargentos do número, outros tantos supras, 16 tambores, 911 soldados que todos fazem o número de 997 homens"¹². Essas indicações mostram o cuidado em se guarnecer a região de armas, munições e soldados, prevenindo a paz da vila e em todo o seu território.

Durante as lutas da Independência a vila concorreu com barcos e soldados para baterem as forças portuguesas; sobressaindo-se a barca S. Francisco que denodadamente lutou junto às forças de João das Botas contra a esquadra inimiga, sem contar os anônimos soldados que participaram de outros embates.

*A freguesia
durante o
Século XVIII*

A freguesia tinha no século XVIII 3 léguas de comprimento e duas e meia de largura. Possuía 6 capelas filiais e os 14 engenhos seguintes: S. Bento, da Pericoara, da Colônia, do Macaco, Gorgaia Grande, Gorgaia Pequena, Catingui, Buraém, Capimirim, S. João, Nazaré, Rio das Pedras, Guaíba e Marapé. Os engenhos do Conde tinham passado para o partido de Santo Amaro, vindo relacionados no trabalho de José Antônio Caldas que relaciona 37 engenhos pertencentes a esse partido, certamente englobando os pertencentes a S. Francisco do Conde¹³.

Durante os primeiros anos da colonização portuguesa a região esteve habitada pelos índios, naturais da terra, que não se submetiam facilmente ao jugo dos colonizadores.

Passada aquela primeira fase de rebeldia, reprimida por Mem de Sá, que prendeu um principal durante um ano, os índios se aquietaram e passaram os colonizadores mais destemidos a velejar por

aquelas bandas, em busca de local apropriado para fixarem os seus engenhos de açúcar. O terceiro governador, Mem de Sá, conseguiu maiores terras na região onde fundou logo a sua casa de moenda, que passou com o tempo a ser o mais afamado engenho do Recôncavo, como nos diz Antonil¹⁴. Foram povoando essas terras, desde a boca do Paramirim até as terras de Mem de Sá. O cronista Gabriel Soares, no fim do século XVI, relaciona os engenhos de Belchior Dias Porcalho, com ermida de Santa Catarina, o engenho de bois de Antônio da Costa, a povoação de Tamarari, com igreja de Nossa Senhora com muitos moradores¹⁵. Do esteiro de Marapé começavam as terras do Conde de Linhares, onde estava a povoação de Sergipe do Conde.

Durante a primeira visitação do Santo Ofício (1591-92), foram anotados alguns moradores que, à guisa de ilustração, passamos a enumerar: Pero da Vila Nova, francês; Cristóvão de Sá Bittencourt, e seu sogro Balthazar Barbosa, e Antônio de Souza, seu cunhado; Francisco Pires, carpinteiro; Rodrigo d'Almeida; Belchior da Costa; Antônio Correia, alfaiate; Antônio Machado, sapateiro, e sua mulher mestiça Isabel Marques; Nicolau Luis, francês, e um degredado, João Gonçalves¹⁶.

No *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de S. Bento, nos muitos papéis do século XVII, vêm anotados os nomes de alguns outros moradores de Sergipe do Conde: Matias de Oliveira, Catarina Alvares, bisneta de Caramuru e casada com Baltazar Barbosa, já citado, que deram um terço das terras que possuíam em Sergipe do Conde aos beneditinos, que vão fazer engenho no lugar chamado Laje e construir igreja e mosteiro, mais adiante, com invocação de Nossa Senhora de Brotas. Encontramos ainda Domingos Barbosa de Araújo, Francisco de Sá Bittencourt; Francisco Correia Bittencourt; Manoel Lapa de Sá; Francisco do Amaral e sua mulher Isabel Sá; Jorge de Melo Coutinho; Manuel Nunes Paiva; Paulo Cardoso de Vargas; Manoel de Ledesma, morador em Marapé; e também Gaspar Reis Pinto, o doador dos terrenos aos franciscanos. Também nos papéis do *Livro Velho do Tombo*, encontramos algumas vezes anotações de franciscanos recebendo esmolas para seu convento na primeira metade do século XVII¹⁷. Os documentos sobre o Engenho do Conde, publicados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, são subsídios importantes para estudos dos moradores da região. Ali encontramos, mais uma vez, Gaspar Pinto dos Reis, comprando açúcar¹⁸ e vendendo cobres ao engenho¹⁹. Nesse mesmo livro, da safra de 1636 a 1637, foram doadas caixas de açúcar aos frades franciscanos²⁰. Dissemos em outro lugar que, em 1698, se-

gundo Jaboatão, a vila possuía 100 vizinhos. Durante o século XVIII, José Antônio Caldas anota os engenhos da vila, englobando-os no partido de Santo Amaro, e na relação das freguesias, pouco menos de trinta anos antes da relação de José Antônio Caldas, são contados quatorze engenhos. Nota-se o franco desenvolvimento da vila, que possibilitou, através das doações dos abastados senhores de engenhos, a construção da magnífica igreja e convento dos franciscanos.

A História

Já vai bem longe o tempo em que naquela Vila Marim (Olinda), a 4 de outubro, junto ao Vigário Geral, estavam o Senado da Câmara — nobres e o povo, entoando o Te-Deum, na Santa Casa. Logo após foi organizada uma procissão que sai da Santa Casa com destino à Igreja de Nossa Senhora das Neves, descendo a ladeira da Misericórdia, toda engalanada com palmas e bandeirolas coloridas. A porta da igreja, o Vigário Geral, dirigindo-se aos presentes, depois de enaltecer os trabalhos dos irmãos franciscanos, lhes entrega o primeiro convento²¹.

Os primórdios

Nessa primeira casa entraram os sete primeiros frades desejosos de engrandecer a nova custódia com novos conventos e igrejas: Frei Melchior de Santa Catarina; Frei Francisco de S. Boaventura; Frei Francisco dos Santos; Frei Afonso de Santa Maria; Frei Manoel da Cruz; Frei Antônio dos Mártires (corista); Frei Antônio da Ilha (sacerdote).

Chegados aos 12 de abril de 1585 na Vila Marim, em Pernambuco, foram acolhidos por D. Catarina, esposa do Governador Jorge de Albuquerque Coelho. Instalados em casa junto à Misericórdia, levavam diariamente conforto aos doentes recolhidos no hospital anexo.

Por escritura de 27 de setembro de 1585, D. Maria da Rosa, viúva de Pedro Leitão, fez doação da casa de Nossa Senhora das Neves aos padres de S. Francisco, para onde se passaram naquele dia 4 de outubro²².

No ano seguinte (1586), o bispo D. Antônio Barreiros, em visita a Pernambuco, reafirma o desejo da Câmara e dos moradores de Salvador em ter, na cidade-Capital, convento e igreja dos franciscanos.

O Padre Custódio Frei Melchior de Santa Catarina, atendendo ao pedido, embarca ele próprio para Salvador, juntamente com Frei Francisco de S. Boaventura, Frei Antônio da Ilha e, provavelmente, Frei Francisco dos Santos.

Segundo consta, permaneceram algum tempo na igreja do Monte Calvário, até que se passaram para o novo terreno doado pela Câmara, onde começaram a construir logo o convento, no mesmo lugar onde hoje está. A escritura foi passada a 8 de abril de 1587, depois de terem sido pagas as benfeitorias a um antigo morador²³.

Depois dos 9 anos de governo da Custódia por Frei Melchior de Santa Catarina (1585 a 1594), já estavam estabelecidas cinco casas e mais de uma dezena de aldeias. Esses conventos são os de Olinda, Salvador, Igarapé, Paraíba e Vitória do Espírito Santo. O segundo custódio foi Frei Leonardo de Jesus que, reeleito para governar entre 1606 e 1609, aceita a fundação das casas do Rio, Recife e Ipojuca.

Vemos passar três outros custódios até chegar a notícia da Independência. Frei Francisco dos Santos (1609-1612), que projetou os conventos de Salvador e Paraíba; Frei Antônio da Estrela (1612-1613), que faleceu em Olinda antes de concluir o seu tempo, e Frei Vicente do Salvador (1614-1617), o grande historiador baiano. Durante o seu tempo, a Custódia do Brasil passou a poder celebrar capítulos, elegendo os discretos ou definidores, permanecendo, porém, na Província de Portugal, a eleição dos custódios. Em vista dessa alteração, Frei Vicente transfere-se da Bahia para Olinda, designando aquela casa de Capitular²⁴.

Só com a independência da Custódia, retorna o convento da Bahia a ser Casa Capitular²⁵. Diante dessa concessão, os frades passaram a trabalhar pela independência da Província, só a conseguindo pelo Breve Pontifício *Circumspecto Sedis Apostolicae*, de 18 de abril de 1647. Dez anos depois, a 24 de agosto de 1657, foi criada a Província de Santo Antônio do Brasil com Casa Capitular na Bahia, que só perdeu esse título apenas em duas ocasiões, em benefício da casa de S. Francisco do Conde, como se verá adiante:

Estamos agora em S. Francisco do Conde.

Depois das matinas, os frades paramentados encontravam-se reunidos solenemente na sala do Capítulo, às portas fechadas, para decidir sobre a eleição do novo custódio e definidores. Os fiéis que foram assistir à missa das 5 horas retornaram aos seus lares para os afazeres diários, desconhecendo o que se passava no interior do convento. Quem passasse por perto haveria de ver a porta da igreja fechada, quando era costume ficar aberta até às 12 horas, todos os dias, para as orações dos devotos. O Capítulo estava sendo presidido por indulto apostólico pelo Padre Frei Cosme do Espírito Santo, Comissário Visitador.

*Uma tarde
em dezembro
de 1710*

Isso ocorreu a 27 de dezembro de 1710.

A tardinha daquele dia o silêncio reinante em volta do convento foi partido pelo soar dos sinos que anunciava a eleição do novo prelado, Frei Agostinho da Assunção, natural de Portugal e grande estudioso da filosofia e das ciências e definidor, sendo lente de Artes e Teologia, lecionando na Bahia e em S. Francisco do Conde, tendo sido guardião desses conventos em 1699 e 1694, respectivamente.

Frei Agostinho da Assunção foi Regente dos Estudos e seu Decano, "honra eclesiástica, que antes e depois dele não se deu a outrem" ²⁶.

No dia seguinte foi celebrada missa solene com muita pompa e honra, sendo concorrida por um grande número de fiéis da nascente Vila de S. Francisco do Conde. Também a 31 de dezembro de 1707 o Convento de S. Francisco do Conde foi elevado à categoria de Casa Capitular, porque no Convento de Salvador as grandes obras de reforma haviam começado e esse Capítulo foi presidido por Frei Melchior da Madre Deus, ex-Custódio e Visitador Geral por Indulto Apostólico. Saiu eleito provincial Frei Estêvão de Santa Maria ²⁷. Também em 1657, aos 19 dias de março, sob a presidência de Frei Pantaleão Batista, o Convento de S. Francisco do Conde cerrou as portas para que a congregação, reunida na sala do Capítulo, escolhesse o seu Custódio e definidores. Dessa vez, porém, os eleitos não tomaram posse, pois tinha sido fundada a Província de S. Antônio no Brasil ²⁸.

O Convento

O segundo estabelecimento aceito na Bahia, sem que porém tivesse autorização da Província, foi o Convento de Santo Antônio de Sergipe do Conde, no ano de 1618, quando era Custódio Frei Paulo de Santa Catarina ²⁹.

Atendendo aos insistentes pedidos dos moradores da região, Frei Paulo de Santa Catarina designa como agente de obras a Frei Manoel do Espírito Santo, Frei Urbano da Porciúncula, sacerdote, e os coristas Frei Pedro da Purificação, Frei Manuel de Santa Maria e os leigos Frei Gaspar, oficial de carpintaria, e Frei Manuel da Cruz ³⁰ para fundarem naquela região uma casa de recolhimento. O local escolhido em Marapé ficava distante uma légua da povoação de Sergipe do Conde, cujo desenvolvimento acompanha a prosperidade dos egenhos

de açúcar aí localizados. Os franciscanos constroem em Marapé um pequeno recolhimento com celas e oficinas, tudo de taipa e madeira, junto à capela do engenho, e passam aí dois anos sem governo eclesiástico, retornando a Salvador por ordem do Custódio Frei Manuel de Cristo, de Pernambuco, considerando que seu antecessor "formara aquela casa sem ordem da Província e parecer dos Definidores. Sabendo também que o sítio não era suficiente", mandou recolher os frades que aí estavam para a casa da Bahia³¹.

Ao findar o tempo de Frei Manuel de Cristo como Custódio, chegavam os holandeses à Bahia e os franciscanos tiveram que acompanhar a população da cidade para as aldeias dos índios no Sertão, onde deveriam ter permanecido até a reconquista da cidade. De 1624 a 1625 ocupou a Custódia Frei Antônio de Braga, que também se viu impossibilitado de visitar a Bahia em face das lutas. Findo o seu tempo foi elevado a Custódio (1627-1630) Frei Antônio dos Anjos, que aceitou em 1629 o Convento de Serinhaém e confirmou o de Sergipe do Conde³². Mandou para Sergipe do Conde Frei Francisco Lisboa, pregador, Frei Pedro da Purificação, confessor, Frei Manuel do Porto, sacerdote, Frei Luís de Viana, corista, Frei Jorge de S. Pedro, Frei Francisco Lógico, leigos, para iniciarem a nova construção; agora, nos terrenos doados por Gaspar Pinto dos Reis, comerciante em Sergipe do Conde e sua mulher Isabel Fernandes. "Neste sítio estava uma casa com algumas árvores frutíferas, coqueiros, laranjeiras de que os religiosos pagaram as benfeitorias a um homem que arrendara aquelas terras, feito nelas a dita casa e plantado aquelas árvores"³³.

Esses terrenos com 143 braças, isto é, 314 metros de frente, como até hoje, foram doados por escritura passada em 1629. "Deram princípio ao muro e foram juntando pedras para a obra que pelo tempo adiante se foi fazendo, com muitas esmolas que para isto tiraram"³⁴. Em 1633, sendo Custódio Frei Cosme de S. Damião e Guardião Fr. Gaspar da Conceição, acabou-se o recolhimento e parte do muro³⁵.

O hospício e a capela estavam concluídos em 1636. Três anos depois, o Custódio Frei Manoel de Santa Maria, certamente o mesmo que, ainda corista em 1618 e que fizera parte do primeiro grupo que chegara a Marapé, visitando Sergipe do Conde, pelo meio do ano de 1639, com a sua assistência se traçou a nova obra da igreja, iniciando-se logo parte da capela-mor³⁶. Achara também o convento muito pequeno e por esse motivo mandou construir um outro maior e cujas obras só terminaram a 24 de fevereiro de 1649, ficando totalmente acabado. Assim, o Convento de Santo Antônio de Sergipe do Conde foi o

último estabelecimento do Nordeste a ser concluído no tempo da Custódia dependente de Portugal, enquanto que o de Santo Antônio do Paraguaçu foi o primeiro a se construir depois da independência. Ao começar o século XVIII, a igreja já estava pequena para os fiéis que a procuravam, tendo em vista que a população do sítio crescera quando passou à categoria de vila no fim do século XVII, e foi, por isso, demolida a antiga igreja para se dar princípio a uma nova. A sua ampliação só começou em 1718, quando a 15 de fevereiro foi lançada a primeira pedra em seus alicerces, sendo Guardião Frei Manuel da Ressurreição que mandou logo demolir o corpo da igreja antiga. As obras prosseguiram até o governo de Frei José de Jesus Maria e em 25 de março de 1722 celebrou-se a missa solene de inauguração do novo templo. No ano seguinte, o mesmo Guardião Frei José de Jesus Maria lançou-a mais para fora, formando-se o frontispício sobre cinco arcos, três que correspondem ao corpo da igreja, sobre os quais assenta parte do coro, e os dois — um que dá entrada para as obras dos terceiros e o outro para a portaria. Todos de pedra lavrada.

*Os belos painéis
de azulejos*

Convento e igreja estavam estruturalmente acabados, faltando, porém, o seu enriquecimento interior. Muito pobres, continuaram assim até os dias de hoje, mas a igreja recebeu ainda no século XVIII a sua decoração de azulejos, em belos painéis, estudados em outra parte deste livro, e os retábulos dourados que as mãos de anônimos entalhadores fizeram para o engrandecimento da nossa arquitetura religiosa e, infelizmente desaparecidos pela "injúria dos tempos". Desses primitivos, resta apenas um belo exemplar, remanescente, na portaria do convento.

O forro da nave possui uma pintura ilusionista, executada provavelmente no fim do século XVIII.

Os Guardiões

O feliz achado de um antigo livro de crônica do Convento de S. Francisco do Conde pode facilitar a reconstituição da história deste cenóbio.

A gentileza do atual cronista do convento, Frei Reynaldo, permitindo a cópia desse livro, possibilitou o esclarecimento de pontos ainda obscuros na pesquisa que realizamos.

O autor ainda anônimo dessa crônica copilou antigos livros, fa-

zendo um relato preciosíssimo dos acontecimentos mais importantes da vida desse convento. Embora omitisse dados importantes de tempos recuados, não contando em detalhes certas passagens, a sua leitura é fluente e clara e nos dá novas informações até então inéditas. As omissões são justificadas, perfeitamente, pela impossibilidade de ler totalmente os antigos papéis que encontrou já estragados pelo tempo. Embora muitos pontos sejam ainda omissos, como autoria dos projetos de arquitetura, das obras de talha e pinturas, bem como a época em que foram colocados os azulejos, as informações que presta em nada obscurece o achado, pelo contrário o engrandece pelo cuidado que teve o autor em preservar as notícias mais antigas que estavam a se perder de memória. Sobre a Ordem Terceira o cronista pouco informa, apontando apenas um antigo livro que encontrou tendo como data final o ano de 1866, sem que nele constasse qualquer notícia de sua fundação, data que também Jaboatão ignorava. Essa última nota é suficiente para comprovar as dificuldades que sentiu o cronista quando se propôs reconstituir integralmente a história do convento. Em homenagem à sua memória e ao trabalho que teve, preferimos transcrever integralmente, sem emendas, salvo na ortografia e dividindo-lhe as linhas separadas no original mediante barras na transcrição, os capítulos 2.^o e 3.^o da crônica, que foram, com certeza, os mais difíceis de serem copiados e escritos. Trata-se da relação dos guardiães do convento desde a sua fundação até a restauração da Província de Santo Antônio do Brasil, quando incorporou-se à de Santa Cruz da Saxônia, na Alemanha.

"Capítulo 2.^o — Do primeiro Prelado que houve nesta casa e dos mais que lhe foram sucedendo pelos tempos até a separação da Custódia de Santo Antônio da Madre-Província de Portugal³⁷.

1 — Fr. Francisco de Lisboa. No tempo d'este Prelado se fez a Igreja, Sacristia e algumas alas³⁸. / 2 — Fr. João da Assunção. Este fez o restante do Recolhimento e muita parte do muro. / 3 — Fr. Gaspar da Conceição. / 4 — Fr. Manuel da Cruz³⁹. / 5 — Fr. Manuel das Neves⁴⁰. / 6 — Fr. Vicente de Santa Maria. / 7 — Fr. Baltazar de Santo Antônio. / 8 — Fr. Manuel da Cruz em 5 de janeiro de 1645⁴¹. / 9 — Fr. Manuel da Conceição. / 10 — Fr. João da Cruz⁴². / 11 — Fr. Bernardino da Purificação. / 12 — Fr. Geraldo dos Santos. / 13 — Fr. Miguel da Conceição.

"Capítulo 3.^o — Dos Prelados que se seguiram depois da separação desta Província da de Portugal por Breve Apostólico até a Reforma pela Província de Santa Cruz da Saxônica na Alemanha.

1 — Fr. Manoel dos Anjos. / 2 — Fr. Cosme da Piedade. / 3 — Fr. Boaventura do Rosário em 21 de setembro de 1622. / — Fr. Simão das Chagas, em 19 de abril de 1664. / 5 — Fr. Antônio dos Anjos, em 8 de agosto de 1625. / 6 — Fr. Bento de Jesus, em 22 de novembro de 1670. / 7 — Fr. Francisco das Chagas, em 15 de junho de 1672. / 8 — Fr. Bento do Desterro, em 15 de agosto de 1673. / 9 — O mesmo confirmado, em 9 de fevereiro de 1675. / 10 — Fr. Domingos de Santo Antônio, em 13 de dezembro de 1680. / 11 — Fr. André de S. Boaventura, em 2 de maio de 1683. / 12 — Fr. Sebastião da Vitória, em 10 de fevereiro de 1685. / 13 — Fr. Miguel das Neves, em 7 de setembro de 1688. / 14 — Fr. Anselmo da Encarnação, em 14 de setembro de 1689. / 15 — Fr. Estêvão Anunciação, em 31 de março de 1691. / 16 — Fr. Gaspar de Santo Antônio, em 18 de outubro de 1692. / 17 — Fr. Agostinho da Assunção, em 24 de abril de 1694. / 18 — Fr. Domingos de S. Tomás, em 24 de novembro de 1695. / 19 — O mesmo confirmado, em 13 de julho de 1698. / 20 — Fr. Manuel dos Santos, em 13 de janeiro de 1699. / 21 — O mesmo confirmado, em 22 de maio de 1700. / 22 — Fr. José da Conceição, em 11 de fevereiro de 1702. / 23 — Fr. Melchisedech da Madre de Deus, em 16 de junho de 1703. / 24 — Fr. Carlos da Conceição, em 14 de fevereiro de 1705. / 25 — Fr. Francisco de S. Paulo, em 14 de agosto de 1706. / 26 — Fr. Manoel do Sacramento, em 31 de dezembro de 1707. / 27 — Fr. Domingos dos Anjos, em 29 de junho de 1709. / 28 — Fr. João da Natividade, em 27 de dezembro de 1710. / 29 — Fr. Francisco de S. Paulo, em 2 de julho de 1712. / 30 — Fr. Antônio dos Mártires, em 6 de janeiro de 1714. / 31 — Fr. José de Jesus Maria, em 9 de janeiro de 1717. / 32 — Fr. Manuel da Ressurreição, em 2 de julho de 1718⁴³. / 33 — Fr. Teodoro do Rosário, em 29 de dezembro de 1719. / 34 — O mesmo confirmado, em 5 de julho de 1721. / 35 — Fr. José de Jesus Maria, em 25 de janeiro de 1722⁴⁴. / 36 — O mesmo confirmado, em 3 de junho de 1724. / 37 — Fr. José de Jesus Maria, em 6 de janeiro de 1726. / 38 — Fr. Francisco da Vitória, em 6 de julho de 1727. / 39 — Fr. Gaspar de S. João, em 7 de janeiro de 1729. / 40 — Fr. Manuel das Mercês, em 1.º de julho de 1730. / 41 — Fr. Francisco Brito, em 12 de janeiro de 1732. / 42 — Fr. Antônio das Chagas, em 4 de julho de 1733. / 43 — Fr. Antônio de Santa Gertrudes, em 8 de janeiro de 1735. / 44 — Fr. Antônio da Encarnação, em 7 de julho de 1736. / 45 — Fr. Antônio das Chagas, em 11 de janeiro de 1738. / 46 — O mesmo confirmado, em 20 de julho de 1739. / 47 — Fr. Luís da Natividade, em 7 de janeiro de 1741. / 48 — O mesmo confirmado, em 20 de julho

de 1742. / 49 — Fr. João Batista, em 28 de dezembro de 1743. / 50 — Fr. Alexandre da Madre de Deus, em 12 de junho de 1745. / 51 — Fr. Francisco Brito, em 3 de dezembro de 1746. / 52 — O mesmo confirmado, em 20 de maio de 1748. / 53 — Fr. Lourenço de S. José, em 6 de dezembro de 1749. / 54 — Fr. Raimundo de Santa Teresa, em 29 de maio de 1751. / 55 — Fr. Nicolau Tolentino, em 2 de dezembro de 1752. / 56 — Fr. Antônio do Loreto, em 1.º de junho de 1754. / 57 — Fr. Jacinto de Santa Brígida, em 6 de dezembro de 1755. / 58 — Fr. Manuel de Santa Rosa, em 28 de março de 1757. / 59 — Fr. Caetano de Santa Inês, em 2 de dezembro de 1758. / 60 — Fr. Jacinto de Santa Brígida, em 24 de maio de 1760. / 61 — Fr. Antônio de Santa Ursula, em 5 de dezembro de 1762. / 62 — Fr. Antônio do Loreto, em 4 de junho de 1763. / 63 — Fr. Antônio de Santa Rosa (há a data de 26 de agosto, riscada, e sobre ela a indicação: em 1.º de dezembro de 1764). / 64 — O mesmo confirmado, em 8 de junho de 1766. / 65 — Fr. Antônio d'Anunciação em 1.º de maio de 1768. / 66 — Fr. Antônio de Santa Rosa, em 26 de agosto de 1769. / 67 — Fr. Antônio d'Anunciação, em 18 de maio de 1771. / 68 — O mesmo confirmado, em 24 de outubro de 1772. / 69 — Fr. Jerônimo da Ressurreição, em 27 de agosto de 1774. / 70 — Fr. Manuel do Monte do Carmo, em 7 de dezembro de 1774. / 71 — O mesmo confirmado, em 12 de maio de 1776. / 72 — Fr. Teotônio de Santa Teresa, em 6 de dezembro de 1777. / 73 — O mesmo confirmado, em 5 de junho de 1779. / 74 — Fr. Ubaldo de S. Ana, em 2 de dezembro de 1780. / 75 — Fr. Rosendo da Porciúncula, em 25 de maio de 1782. / 76 — Fr. Antônio de Santa Quitéria, em 6 de dezembro de 1783. / 77 — Fr. José da Natividade, em 21 de maio de 1785. / 78 — Fr. Antônio de S. Sampaio, em 24 de abril de 1787. / 79 — Fr. Antônio de S. Paes, em 21 de maio de 1789. / 80 — Fr. Custódio da Purificação, em 4 de dezembro de 1790. / 81 — O mesmo confirmado, em 2 de junho de 1792. / 82 — Fr. Bartolomeu de Santa Maria Madalena, em 28 de dezembro de 1793. Ele principiou a obra do salão grande e seu grande dormitório que deixou coberto e enripado. / 83 — O mesmo confirmado, em 30 de maio de 1795. / 84 — Fr. José do Monte Carmelo, em 24 de dezembro de 1797. / 85 — Fr. Joaquim de Jesus Maria Gramacho, em 29 de junho de 1798. / 86 — Fr. André da Purificação, em 1.º de fevereiro de 1800. / 87 — O mesmo confirmado, em 6 de junho de 1801. / 88 — Fr. José do Rosário, em 4 de dezembro de 1802. Ele concluiu toda a obra do corredor grande e fez outro que vai até as tribunas da capela-mor deixando logo as celas prontas. Fez mais a escadaria de pe-

dra no adro em frente da Igreja e seus muros pequenos laterais e aprontou todo o refeitório. / 89 — O mesmo confirmado, em 28 de maio de 1805. / 90 — Fr. Francisco de S. Boaventura, em 7 de dezembro de 1805. / 91 — O mesmo confirmado, em 21 de junho de 1808. / 92 — Fr. José dos Anjos Graça, em 3 de dezembro de 1808. / 93 — O mesmo confirmado, em 2 de junho de 1810. / 94 — Fr. Jerônimo de S. Pedro d'Alcântara, em 7 de dezembro de 1811. / 95 — Fr. José da Conceição Molena, em 5 de junho de 1813. / 96 — Fr. Francisco d'Assis, em 3 de dezembro de 1815. / 97 — O mesmo confirmado, em 1.º de junho de 1816. No tempo deste Guardião consertou-se o relógio que tinha mais que cem anos cujo conserto custou duzentos mil réis. / 98 — Fr. Manoel de S. Boaventura, em 6 de dezembro de 1817. Este Guardião pôs nova Madre debaixo do coro que mandou guarnecer, deitou abaixo o forro de tábuas que tinha sobre o arco da capela-mor e mandou rebocar e colocar o painel das Chagas no frontispício do Altar, com sua moldura toda dourada e a pintura feita no (...) / 99 — Fr. André de Santa Teresa de Jesus, em 5 de junho de 1819. / 100 — Fr. João do Nascimento de Maria, em 9 de dezembro de 1820. / 101 — O mesmo confirmado, em 1.º de junho de 1822. / 102 — Fr. José de Jesus Maria, em 1.º de julho de 1824. / 103 — O mesmo confirmado, em 18 de fevereiro de 1825. / 104 — Fr. Bernardino de Sena Rego, em 18 de fevereiro de 1827. / 105 — Fr. Faustino dos Passos Oliveira, em 5 de junho de 1828. / 106 — Fr. José de S. Mateus, em 5 de dezembro de 1829. / 107 — O mesmo confirmado, em 4 de junho de 1831. / 108 — Fr. João do Coração de Jesus, em 1.º de dezembro de 1832. / 109 — O mesmo confirmado, em 30 de maio de 1834. / 110 — Fr. Francisco do S. Salvador, em 5 de dezembro de 1835. / 111 — O mesmo confirmado, em 10 de junho de 1837. / 112 — Fr. Nicolau do Bonfim, em 1.º de dezembro de 1838. / 113 — O mesmo confirmado, em 10 de junho de 1840. / 114 — Fr. Manuel de Santo Agostinho, em 11 de dezembro de 1841. / 115 — Fr. Manuel de Santa Rita, em 3 de junho de 1843. Este Guardião renunciou aos 12 de dezembro digo de novembro de 1843. / 116 — Fr. José de S. Firmino, em (...) abril de 1845. / 117 — Fr. Francisco da Porciúncula, em 10 de setembro de 1846. Este Guardião fez as seguintes obras: a frente da Igreja juntamente os seus muros, fez de novo o telhado do salão grande e algumas paredes do mesmo; consertou também o salão em cima da Sacristia, o órgão, e sentou uma peça nova no relógio da torre. / 118 — Fr. Jesuino de S. José, em 4 de dezembro de 1847. No tempo dele fez-se de novo o

corredor grande porém não acabou, por terminar o seu tempo de Guardião. / 119 — Fr. José da S. S. Trindade, em 1.º de junho de 1849. / 120 — O mesmo confirmado. Neste tempo, concluiu-se a obra do corredor grande. / 121 — Fr. Manuel de Santo Antônio, em 18 de junho de 1852. No tempo deste Prelado deitaram-se novos caixilhos e vidraças no salão grande e fez-se vários consertos como a escada da torre, algumas peças no relógio e encarnaram-se as imagens de N. S. S. Francisco e S. Benedito. / 122 — Fr. Antônio d'Ascensão em (...) de 1853. / 123 — Fr. Salgueiro, em 7 de junho de 1856. / 124 — Fr. José da S. S. Trindade, em 5 de dezembro de 1857. / 125 — Fr. Antônio d'Ascensão, em 1.º de dezembro de 1860. Neste tempo fez-se duas escadas, uma que fica junto da Sacristia, a outra no corredor que leva para a privada. / 126 — Fr. Luiz de S. Mafalda, em (...) de 1864. / 127 — Fr. Candido, em 3 de maio de 1868. / 128 — Fr. José da S. S. Trindade, de 1870 a 1882".

Já eram poucos os religiosos desta Província que, embora tão florescente e numerosa em anos anteriores, agora, por um decreto do governo estava destinada, com as demais ordens religiosas, a desaparecer, sendo-lhes proibido receber noviços. Fr. José da S. S. Trindade ficou então como único religioso neste convento até o ano de 1882 em que morreu. Poucos dias antes da sua morte, o Padre Provincial Frei Camilo mandou para o convento o Padre Frei José do Amor Divino a fim de assistir-lhe nas suas necessidades espirituais e corporais, em cujos braços entregou, fortalecido com os Sacramentos, a sua alma ao Criador. O Guardião seguinte foi: "129 — Frei José do Amor Divino — em 1882. Tendo em 1888 ficado vaga a administração da Freguesia de São Gonçalo da Vila de São Francisco o Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Arcebispo nomeou-o Vigário encomendado da mesma"⁴⁵.

A essa lista acrescentamos os nomes dos guardiães que se sucederam nesse convento de acordo com as transformações por que passou a Província, até 1910.

Considerando que a Província de Santo Antônio do Brasil estava decadente, em virtude do decreto imperial que proibia a entrada de noviços, o Definidor solicitou do Padre Geral, em Roma, obter na Europa religiosos que se encarregassem de restaurar esta Província, cabendo à da Saxônia, na Alemanha, esse encargo. Esses trabalhos duraram até 1901, quando mais uma vez foi restituída a Independência da Província do Brasil. Desse tempo em diante o Convento de S. Francisco do Conde foi freqüentemente visitado pelos novos religiosos vin-

*Restituída a
Independência
à Província
do Brasil*

dos da Alemanha que, abalados na saúde pela mudança do clima, buscavam aqui restabelecer as forças.

Considerando a salubridade do lugar, os superiores procuraram os meios para reconstituir a comunidade religiosa e, por isso mesmo, promoveram gestões para a conservação dos edifícios.

Em substituição a Frei José do Amor Divino, saiu eleito guardião, em 1897, Frei Gabriel Kroemer, que depois de ter sido designado pelos superiores a tratar dos feridos da Guerra de Canudos, em Canção, retornou a S. Francisco do Conde no ano seguinte, vindo a falecer de febre biliosa, com 29 anos de idade. Frei Capistrano Niggemayer passou então a guardião e, nesse tempo, encontrava-se no convento também Frei Niceto Oberborbeck, sacerdote, doente de tísica, que foi o guardião seguinte.

Reconstituída a Província de Santo Antônio por decreto de Roma de 3 de agosto de 1901, celebrou-se na Bahia o primeiro capítulo a 29 de janeiro de 1902, saindo eleito guardião do Convento de S. Francisco do Conde Fr. Baltazar, enquanto Frei Niceto Oberborbeck foi escolhido Definidor, vigário do convento e da paróquia, e Frei José do Amor Divino e Frei Capistrano Niggemayer ficaram como auxiliares. Esses frades empreenderam louváveis trabalhos de evangelização junto aos engenhos de açúcar e outras freguesias próximas, construíram a capela de Jacuípe e assistiram às povoações de Acupe, Saubara, Itapeima, Bom Jesus dos Pobres, Cabucu e Alemão. O convento foi restaurado, recebendo novo reboco e o frontispício da Igreja foi pintado de novo, inclusive as torres. Foi construída uma escadaria em frente à Igreja e logo depois substituída por um muro com grade de ferro. A sacristia da igreja recebeu novas vigas e novo forro, em substituição ao antigo, bastante estragado pelas inúmeras goteiras.

O antigo forro possuía ricos painéis com molduras douradas que desapareceram, restando apenas o quadro central, salvo da ruína, recomposto com uma moldura simples e pobre. Foram também colocadas novas vidraças nas janelas do salão grande contra as chuvas e caiu-se e pintou-se o mesmo salão. Todo o telhado foi renovado.

O grande armário (arcaz) de jacarandá da sacristia foi também consertado, bem como o relógio da torre.

Nesse tempo, também vultosas obras foram realizadas nos edifícios da antiga Ordem Terceira. Reformou-se o telhado do consistório e sacristia, para adaptação dos seus edifícios para um colégio.

Em 1910, mandou-se vir da Alemanha uma oficina completa de marcenaria, considerando que se encontrava nesse convento o Frei Bar-

tolomeu Scheer, marceneiro, que chegara da Europa sem ferramentas para trabalhar. A ele coube fazer o novo altar da capela-mor, que só ficou pronto em 1911, para substituir o antigo que já estava muito estragado. Os dois outros novos altares laterais foram feitos por um artífice da vila, cujo nome ficou no anonimato.

Da reconstituição da Província de Santo Antônio pelo Decreto de 3 de agosto de 1901 até 1910, foram guardiães os seguintes franciscanos: "1 — Fr. Baltazar Fark — 29 de janeiro de 1902. 2 — O mesmo confirmado — 15.12.1903. 3 — O mesmo confirmado — 15.12.1904. 4 — Fr. Adelário Tomás — 25.01.1906".

No Capítulo Provincial que se realizou na Bahia em 18 de julho de 1907, decidiu-se que a casa deixaria de ser convento, para se transformar em colégio, sendo nomeado Presidente Fr. Leonardo Goethe.

Em 1909 porém foi reconstituída a comunidade, sendo indicado guardião Frei Baltazar Fark, que continuou as obras nos edifícios da Ordem Terceira para instalar o colégio que se transferia de S. Cristóvão. A 21 de maio de 1909 faleceu Frei José do Amor Divino, nascido em 1832 na Vigia de Belém do Pará. Professou em 1850, cantando a primeira missa em 1855. Frei José viveu neste convento 27 anos, dos quais 15 anos ininterruptos ficou como Guardiã e 10 como vigário da paróquia. Por sua humildade e caridade, gozou de geral simpatia de todos os seus paroquianos e de quantos com ele entraram em relações⁴⁶. Durante o seu enterro caía uma chuva miúda como se também o céu pranteasse aquela perda.

Analisando a passagem desses Guardiães de S. Francisco do Conde, conseguimos determinar a ascensão de alguns aos postos de Guardiã de Salvador e Provincial⁴⁷.

A Ordem Terceira

Cada um dos conventos franciscanos do Nordeste, à exceção dos noviciados, possui a sua capela dos Terceiros. Organizada pelos moradores da localidade, conseguiram, muitas vezes, construir monumentais e suntuosas capelas, anexas à igreja do convento, como é o caso da Ordem Terceira da Vila de S. Francisco do Conde, a qual foi organizada e aceita, certamente, no fim do século XVII, tempo em que foram criadas as demais ordens terceiras em outros conventos. Infelizmente, porém, os livros mais antigos desapareceram e já no tempo de

Jaboatão não se tinha notícia de quando foi fundada.

Apenas a última página de sua história poderá ser escrita, agora, graças a descoberta do Livro da Crônica do Convento onde encontramos anotações preciosas e que são transcritas aqui. O cronista copiou o essencial do livro das eleições, profissões e resoluções, aberto em 12 de abril de 1853 e terminado em 1866.

A Ordem Terceira, instituída com a invocação de Santa Isabel, rainha da Hungria, experimentou notáveis dias graças às vultosas doações de abastados senhores de engenho e ricas senhoras, que irmanaram-se, zelosamente, em sua capela magnífica. Na parede lateral direita da igreja conventual abria-se um grande arco que dava entrada para a antiga capela dos terceiros. Ali, via-se um extraordinário altar-mor, com seu retábulo à moda barroca, e todo dourado, que o tempo cuidou de destruir. Possuía, ainda, diz o Livro da Crônica: "Seis altares laterais modestos, mas bonitinhos"⁴⁸. No século XIX esses altares já estavam bastante estragados. Possuía a Ordem Terceira uma espaçosa "sacristia e um edifício adjacente que tinha no segundo andar um grande consistório, sendo o primeiro pavimento ocupado por carneiros para a sepultura dos irmãos"⁴⁹. Nas obras realizadas em 1908 nos edifícios para adaptá-los ao colégio que se desejava fundar, foram encontrados, nos terrenos em volta, vestígios de fundações que, segundo os mais antigos moradores da vila, serviram como base ao teatro da Ordem Terceira⁵⁰. Além das atividades religiosas, os irmãos terceiros promoviam festas mundanas, mas de caráter cultural, certamente fazendo representar em seu pequeno teatro os bailes pastoris, com a participação dos jovens da alta sociedade da vila.

A nave da capela possui, ainda, um notável forro de madeira, em forma de gamela, pintado à maneira ilusionista, onde, embora bastante estragado como se encontra hoje, ainda se pode ler em um dos lados a data de 1751, escrita em tinta branca, marcando o tempo em que foi pintado e, ao lado, em tinta preta, lê-se: "reparado em 1844". Depreende-se que a veneranda Ordem Terceira viu uma época florescente, mas que o tempo implacável cuidou de apagar da memória dos homens.

Em 1846 a Ordem Terceira estava em plena decadência. Um livro antigo que se finda em 1866 assim o atesta, pois a mesa de então viu-se forçada a solicitar do Provincial licença para se fazer a profissão no mesmo dia da vestição, a fim de haver número para os cargos da Ordem. Idêntico pedido foi feito em 1864, pelo então ministro Dr. José Pacheco Pereira, eleito desde 1853, cargo que ocupou até sua

morte em 1866.

Embora o Dr. Pacheco Pereira tenha desenvolvido uma louvável atividade para reerguer a Ordem, os seus esforços foram em vão. Dos 20 homens e 10 senhoras propostos em 1853, apenas 2 senhoras atenderam ao convite, professando em 1858. Em 1863 foram expedidos novos convites a 25 homens que possuíam as qualidades necessárias para o ingresso na Ordem, mas os convidados não atenderam ao seu apelo. As atividades do Ministro José Pacheco Pereira foram deveras importantes, pois cuidou de reorganizar as finanças da Ordem, mandando proceder ao levantamento dos bens imóveis, especialmente dos terrenos, instituindo assim um novo arrendamento e mandando fazer a cobrança dos alugueis atrasados, por meios amigáveis. Nesse tempo foram reorganizados os estatutos e regulamentos, que, embora, aprovados, não foram publicados. Da leitura do referido livro, sabe-se que as sessões da mesa dos anos de 1853 e 1866 foram realizadas no salão do convento, sem que se saiba com segurança o motivo. Mas, a julgar pelo estado precário do consistório, conforme reza no termo da sessão de 15 de setembro de 1866, pode-se imaginar a causa fundamental de serem as sessões realizadas no convento. Por esse tempo, também, a capela estava arruinada e nos primeiros anos do século XX não se ouvia mais falar da Ordem Terceira na Vila.

No princípio da guardiania de Frei Baltasar Fark, eleito em 1902, cuidaram os franciscanos das licenças de usufruto do edificio da antiga e extinta Ordem Terceira.

Em 1901, foram publicados convites para reunir os irmãos ainda existentes, mas ninguém atendeu ou respondeu à convocação que marcava 3 reuniões, duas em maio e uma em junho. Diante desse silêncio o Provincial solicitou do Nuncio Apostólico considerasse extinta a Ordem e os seus bens passassem para o convento. Acabava-se, assim, a Ordem Terceira do Convento de S. Francisco do Conde, que experimentara dias de grandeza, promovendo as festas religiosas e mundanas naquela pacata e próspera vila do Recôncavo.

O Colégio

Os franciscanos tiveram no Nordeste dois noviciados, o de Igarapé, em Pernambuco, e o do Paraguaçu, na Bahia. Eventualmente, porém, outros conventos funcionaram como noviciado, e foi o que

deve ter ocorrido, nos primeiros anos da segunda metade do século XVII, com o Convento de S. Francisco do Conde, pois assentou-se na congregação de 21 de novembro de 1650 que esta casa fosse noviciado, na qual se deveria ler gramática (língua latina) aos coristas, depois de um ano de professores⁵¹.

Certamente este noviciado funcionou enquanto durou a construção do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, entre os anos de 1654-1660⁵².

Muitos anos mais tarde, e com a extinção do noviciado do Paraguaçu, é que se volta a pensar em abrir colégio em S. Francisco do Conde.

Com a extinção da Ordem Terceira e tendo passado para o convento todos os seus bens, pensaram os irmãos capuchos em criar um colégio para despertar vocações, aproveitando as estruturas aí existentes.

Para adaptar os edifícios da Ordem Terceira a esse colégio, os franciscanos realizaram algumas obras que passamos a enumerar, citando o Livro da Crônica:

"E realmente no mês de janeiro de 1908 principiou-se a obra que seguiu o seguinte plano: A igreja da Ordem Terceira, depois de ter-se fechado por uma parede a entrada pela igreja do convento, dividiu-se-a em duas partes, uma superior, outra inferior. A superior devia servir de dormitório enquanto a inferior dava três bons quartos para as aulas, ficando ao lado do Sul um corredor que comunica tanto com o coro como com o corpo da Igreja do Convento e dá várias saídas para o lugar do recreio dos meninos. Da mesma forma dividiu-se a sacristia em duas partes destinando a de baixo para a quarta classe e a de cima para a cela do Reitor. No antigo cemitério depois de evacuados os carneiros, abriu-se duas janelas para o pátio interior e fizeram dele Refeitório, e o Consistório que se achava em cima deste, ficou reservado para sala de estudos e quinta classe. Faltando, porém, ainda uns comodios levantou-se pregado ao lado do Refeitório oposto ao das janelas uma casinha, instalando nela cozinha, dispensa, banheiros e privada. Pelo fim de março já se achavam de alguma forma adiantados os principais trabalhos pelo que o Revmo. Pe. Provincial quis fazer a transferência antes que o inverno entrasse"⁵³.

Em 1907 o Provincial Frei Eugênio Kulmann resolveu transferir o colégio de S. Cristóvão em Sergipe, para S. Francisco do Conde.

A transferência dos meninos foi feita em 2 turmas. A primeira veio com Frei Bartolomeu Scheer, lente do colégio, aos 28 de março,

*Fechado o
Colégio em 1910*

e a segunda com o Reitor Frei Baltazar Fark e o lente Frei Acúcio Sulkerville a 14 de abril. O lente Frei Benigno Randebruck tinha chegado em meados de março para tomar providências para receber os alunos.

Para a transferência dos meninos do Colégio de S. Cristóvão para Sergipe do Conde conseguiram os franciscanos com o Governador José Marcelino de Souza a redução de 70% no preço das passagens. Foram transferidos 14 alunos, divididos em 4 classes.

Infelizmente o colégio fechou-se em 1910, pois os transferidos, na maioria sergipanos e alagoanos, foram abandonando os estudos, alegando falta de vocação ou a distância em que se encontravam dos pais.

Frei Felisberto Gillse foi nomeado reitor do colégio em 1909 e, nesse ano, foram realizadas obras nos edifícios, sendo rebocadas e caídas as paredes externas. Pintou-se o interior do colégio, terminou-se a ante-câmara do coro, rebocou-se e caiu-se a torre junto da varanda. Todas as janelas foram consertadas e também o assoalho da sala de estudos, remendou-se o forro do dormitório e deu-se principio ao muro em frente à Igreja até o mar, gastando-se nesses trabalhos 4:400\$000.

No ano seguinte, reabre-se o colégio, para fechar cinco meses depois, uma vez que dos cinco que ingressaram vindos da Alemanha, dois abandonaram os estudos e três foram transferidos para Blumenau.

Reaberto em 1916, fechou-se em janeiro de 1918 por falta de alunos. O número de matriculados nesse terceiro e curto período não excedeu a 12 estudantes.

A título de curiosidade, seguem-se as normas de admissão ao colégio e o plano diário de estudos, este último aprovado pelo Capítulo Provincial de 1906.

"O fim deste Colégio é dar uma boa educação e um ensino perfeito àqueles meninos que querem entrar na Ordem de S. Francisco. São admitidos, portanto, somente meninos que tem desejo de consagrar-se a Deus na vida religiosa e que querem professar na dita Ordem Franciscana. Não são aceitos, pois, alunos que, concluídos os estudos, pretendam seguir outras profissões.

As condições de entrada são as seguintes:

1.º Podem ser admitidos somente meninos de 12 a 16 anos completos.

2.º O aluno deve gozar de boa saúde; deve ser vacinado, livre de qualquer moléstia hereditária ou crônica, tísica, dor contínua de cabeça, hipocondria; por isso é necessário um atestado médico.

3.º Deve ter talento e inclinação para o estudo e ter já acabado o curso primário.

4.º Deve ser filho legítimo e de cor branca, e apresentar a certidão de batismo.

5.º Deve ter comportamento recomendável, ser de boa índole, alegre, pacífico, sincero e obediente.

6.º Os pais devem dar livre consento para o menino entrar no Colégio, e mais tarde na Ordem Franciscana, por isso tem de declarar por escrito de não retirar o menino do Colégio para que siga outra vocação. — Os Superiores do Colégio, porém, ficam com o direito de demitir o aluno que por doença ou mau comportamento ou outro motivo grave mostra que mais tarde não pode ser admitido na Ordem Franciscana.

Se o menino for órfão, devem fazer declaração os que estão em lugar dos pais.

7.º O aluno não passará as férias em casa, mas sim no Colégio.

Só em caso extraordinário poderá visitar os pais; estes, porém, podem visitar e falar em tempos determinados ao filho.

8.º Os pais pagarão uma pensão anual de 400\$000 rs. pelas despesas que o Colégio há de fazer com comida, livros e lavagem da roupa, enquanto o menino estiver no Colégio, isto é até receber o hábito de noviço.

9.º O aluno deve pessoalmente ser apresentado, se possível, pelos próprios pais ao Guardião do Convento e ao Reitor do Colégio.

10.º O aluno deve trazer consigo: 4 vestidos completos de brim, 6 camisas, das quais 3 brancas, 6 ceroulas, 3 colarinhos, 6 lenços, 2 pares de botinas, 6 pares de meias, 1 par de chinelas, 2 lençóis, 2 cobertas, pente, escova de dentes, 1 gravata preta, 1 mala e sendo possível, um vestido completo de casimira azul, por ser o uniforme do Colégio.

11.º Nenhum aluno pode ter em poder dinheiro, relógio ou livros que não sejam de estudo ou de devoção.

Mais explicações sobre o enxoval etc. dará o

Reitor do Colégio Seráfico".

O Plano Diário dos estudantes era o seguinte:

4:45 (levantar) Despertar. 5 — 5:15 Oração da manhã. 5:15 — 6:15, Estudo. 6:15 — 7:00 Meditação e S. Missa. 7:00 — 8:00 Café e tempo livre. 8:00 — 9:00 Aula. 9:00 — 10:00 Aula. 10:00 — 10:15 Café. 10:15 — 11:15 Aula. 11:15 — 12:00 Estudo. 12:00 — 14:00 Jantar e Recreio. 14:00 — 15:00 Estudo. 15:00 — 16:00 Aula. 16:00 — 16:15

*Plano diário
de estudos*

Café. 16:15 — 17:15 Aula. 17:15 — 18:30 Recreio. 18:30 — 19:00 Ceia.
 07:00 — 08:00 (Domingo, Terça-feira, Quinta-feira) Recreio. 07:30
 — 08:00 (Segunda-feira) Canto. 07:30 — 08:00 (Quarta-feira) Confe-
 rência. 07:30 — 08:00 (Sexta-feira) Catecismo. 07:30 — 08:00 (Sá-
 bado) Bíblica (Evangelho). 08:00 — 08:15 Oração da noite. 08:15 —
 09:00 Estudo para o 4.º e 5.º curso.
Domingo: 10:15 — 11:00 Canto. 11:00 — 12:00 Catecismo.
Quarta Feira e Sábado: 14:00 — 15:00 Recreio. 15:00 — 16:00
 Estudo. 16.15 — 18:30 Banho e Recreio.

Arquitetura

Germain Bazin afirma que "uma das criações mais originais da arquitetura religiosa do Brasil é o grupo de conventos construídos pelos franciscanos na região do Nordeste"⁵⁴. Diz ainda que esses conventos "apresentam soluções inéditas cujo desenvolvimento lógico, a partir de tipos construídos na segunda metade do século XVII, supõe uma verdadeira escola de construtores pertencendo à ordem"⁵⁵.

Sem serem perfeitamente iguais, os conventos franciscanos apresentam características próprias facilmente identificáveis. Pórtico com arcadas, torres recuadas e frontões elaborados conjugam-se harmoniosamente nas fachadas das igrejas franciscanas, marcando uma tendência acentuada do barroco. Criaram e recriaram formas autóctones dentro de um mesmo tema, ao ponto de possibilitar a Germain Bazin encontrar dois tipos de frontispícios⁵⁶. "No exterior, todo efeito arquitetônico da igreja é concentrado no frontispício. Este caracteriza-se por seu pórtico derivado do alpendre anterior à invasão holandesa, e por seu campanário recuado"⁵⁷.

Na tentativa de engrandecimento de suas estruturas conventuais os franciscanos, foram, com o tempo, melhorando as condições de seus edifícios ou mesmo reconstruindo estruturas inteiras, ou ampliando as fachadas, segundo os modelos mais modernos. Esse é o caso da igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde.

Embora fugindo à linha tradicional, o conjunto Igreja e Convento de Santo Antônio em São Francisco do Conde mostra a continuação de um sistema edilício em desenvolvimento no Brasil.

A distribuição espacial segue o mesmo partido arquitetônico em quadra, tendo como centro a Igreja aberta em arcos para o grande

A distribuição
 espacial

adro. Se de um lado dessa estrutura religiosa vemos a massa conventual com seu pátio interno, em volta do qual estão as acomodações residenciais, do outro encontramos a capela da Ordem Terceira, quase sempre sem estruturas anexas. O conjunto acabado compõe-se de igreja, convento e Ordem Terceira, cada qual com seus espaços próprios. Não há escolha ou preferência particular conhecida para o lado onde se situa o convento em relação à igreja. Está edificado ora à direita, ora à esquerda, mas os programas arquitetônicos são os mesmos em quase todos os conventos nordestinos: no térreo, em volta da colonata do claustro localizam-se a portaria, a casa capitular, o refeitório, a cozinha e outras dependências. Geralmente entre essa galeria do claustro e a capela-mor está a escada que dá acesso ao andar superior onde estão as celas, a sala de recreio e a biblioteca, esta última, geralmente, sobre a sacristia. A igreja possui quase sempre uma só nave e uma capela-mor profunda, ao fundo da qual, disposta transversalmente, encontra-se a sacristia. Um ou dois púlpitos abrem-se nas paredes da nave e o coro ocupa o espaço antero-superior da igreja, apoiado nas duas colunas que nascem dentro da nave e nas arcadas do pórtico. O Convento de Santo Antônio em S. Francisco do Conde não foge à regra. Essa disposição é mantida quase que sistematicamente nos conventos franciscanos do Nordeste. A disposição da torre, porém, cria uma constante espacial peculiar às edificações franciscanas. Geralmente a igreja possui uma só torre, localizada no lado do Evangelho e deslocada da fachada, isto é, em posição recuada, deixando à frente a massa arquitetural do frontispício da igreja. Aqui, na Igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde, vemos uma exceção. São duas torres que se alinham com a fachada da igreja, merecendo de Germain Bazin, por essa disposição, o título não muito honroso de bastarda²⁸. Discordamos dessa denominação por saber que a Igreja de S. Francisco de Salvador também possui a mesma disposição e essa influência chegou, seguramente, no princípio do século XVIII quando as fachadas das duas igrejas foram construídas. Essas torres edificadas no mesmo plano da fachada possuem coroamento em pirâmide, característico das igrejas de maior desenvolvimento. Enquadram o frontão barroco ornado de volutas.

As duas igrejas foram reconstruídas no século XVIII nos moldes mais modernos, daí a exceção em relação às demais. Na passagem do século XVII para o XVIII, a Cidade do Salvador, que experimentara no século XVII um retraimento de sua expansão em virtude das investidas holandesas, passava agora a desenvolver-se em conseqüência

*Para a Vila
uma estrutura
religiosa condigna*

da natural prosperidade dos engenhos de açúcar que freqüentemente faziam doações. A cidade-Capital crescendo, como era de se esperar, fazia da Igreja de S. Francisco um centro apropriado de atrações, merecendo de abastados senhores grandes esmolas que vão possibilitar o seu engrandecimento e o seu esplendor barroco não apenas na monumentalidade da arquitetura, mas também na talha dourada interna.

Enquanto isso, a antiga povoação de Sergipe do Conde elevava-se à categoria de vila, onde os franciscanos possuíam, desde 1629, precário estabelecimento.

Tornava-se necessário dignificar a vila com uma estrutura religiosa condigna. Foram, por isso, deslocados muitos clérigos para atender ao crescente serviço religioso daquela região.

Na mesma zona estavam já os jesuítas com capela e os encargos da administração do Engenho do Conde, que passou ao Colégio de Santo Antônio. Também aí, encontramos os beneditinos com engenhos e o Mosteiro de Nossa Senhora de Brotas. Tanto os beneditinos como os jesuítas estavam preocupados com a administração de suas fazendas, e seus estabelecimentos religiosos localizavam-se afastados da povoação, cabendo aos franciscanos, que possuíam Igreja e convento nos limites interiores da vila, a administração do sacramento e outros serviços religiosos da população crescente.

O desenvolvimento arquitetônico é perfeitamente justificável pela necessidade de dotar a recém-fundada vila de uma igreja maior e mais bela. A semelhança com a igreja de Salvador deve-se, certamente, ao arquiteto autor de ambos os projetos, como nos parece. Infelizmente, porém, permanece no anonimato o seu nome. Em nenhuma parte consultada foi possível vislumbrar qualquer indicação que possibilitasse uma suposição convincente.

O convento é muito simples e chegaríamos a dizer que muito pobre; nada mais importante a notar salvo a disposição dos arcos abatidos do claustro despido de decorações. Os arcos inferiores sustentam dois outros superiores. Esse sistema é único entre os conventos franciscanos que adotam a racional superposição de colunas. É possível que numa reconstrução mais recente tivessem eliminado as colunas centrais inferiores para criar maior espaço no térreo, e é possível que nessa reconstrução surgissem os arcos abatidos, muito estranhos em tal tipo de arquitetura. Também o arco trilobulado existente na ligação do claustro e o corredor para a sacristia parece-nos uma criação fora de propósito.

Desprovido de decoração ou enriquecimento de azulejos o claus-

tro é de uma pobreza franciscana. A igreja, porém, embora despida dos antigos retábulos dourados guarda a sua decoração parietal de azulejos, preciosos não só pela qualidade mas por conter cada painel uma cena da vida de Santo Antônio, o que se abordará no decurso desse trabalho. Os retábulos atuais não merecem referência por serem muito recentes e não guardarem o esplendor dos primitivos que deveriam ter sido como a mostra que ainda existe na portaria. Teriam sido formados de arcos plenos, concêntricos, apoiados em colunas salomônicas, enriquecidas de decoração barroca, como continuaram fazendo os franciscanos em suas igrejas, criando com essa forma um estilo próprio da Ordem.

Infelizmente o cupim encarregou-se de destruir a mais antiga e bela talha dourada da igreja, sendo recentemente substituída por uma nova e não merecedora de classificação.

O piso da nave via-se, até bem pouco tempo, repleto de campas demarcadas por peças de mármore e cobertas por pranchões de madeira. Esses pranchões foram retirados e as tumbas foram preenchidas de areia e pavimentadas com ladrilho hidráulico de muito mau gosto.

Mandaria a prudência que em restauração a ser procedida fossem restituídas as tampas de madeira das covas primitivas, ficando assim a nave com o seu valor original.

O teto da nave

O teto da nave tem um grande painel em forma de gamela representando o céu aberto, onde a imagem da Virgem surge abençoando Frei Antônio.

A pintura ilusionista do fim do século XVIII e princípio do século XIX teve em José Joaquim da Rocha, Franco Velasco e seus seguidores o desenvolvimento esperado.

João José Rescala, estudioso do assunto, reconhece que essa pintura do teto da nave tem muita semelhança com os trabalhos de José Joaquim da Rocha, não sendo, porém, possível determinar-se a sua autoria, pois esses mestres trabalharam sempre acompanhados de seus discípulos e não costumavam assinar obras desse mérito. A capela dos Terceiros, aberta à direita por um arco-cruzeiro hoje fechado, ainda guarda o seu teto decorado também com uma pintura ilusionista. Bastante estragada como está, mereceria obras de restauração, não só na pintura mas também na sua estrutura pois a capela foi transformada, passando a ter dois andares, funcionando hoje no térreo um ambulatório e no superior um palco de espetáculos.

Restituir-lhe a dignidade perdida seria uma medida das mais

recomendáveis para se preservar mais esse patrimônio arquitetônico.

Germain Bazin, ao chamar de bastarda a fachada da Igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde, desejou, certamente, batizá-la de sincrética ou andrógena. Sendo produto de duas tendências arquiteturais franciscanas puras. Jamais seria bastarda. Seria porém o sumário da missigenação da forma tradicional dos pórticos arqueados, de quase todas as igrejas da Ordem do Nordeste, com as duas torres no mesmo alinhamento da fachada, solução essa usada pela primeira vez na igreja de Salvador. Essa solução vem confirmar o desejo inovador da Ordem, que jamais deixou de contribuir para a evolução arquitetural de suas igrejas. Esta fachada, composta de três corpos horizontais e cinco verticais, é mais elegante e contém-se proporcionalmente num quadrado. O corpo baixo da galeria compõem-se de cinco arcos, sendo que os três centrais correspondem às três faixas verticais da nave, e os dois laterais às duas torres. A segunda faixa superior horizontal corresponde ao coro acrescido das torres. Na faixa mais elevada estão as sineiras e o frontão ornado de volutas com o nicho central, onde está o orago da capela, e é tema constante nas igrejas franciscanas.

As cercaduras das janelas da fachada são ornadas de um cordão retorcido, denunciando um avanço nos sistemas decorativos da época. Por sobre essas janelas, ornamentos de volutas assemelham-se ao existente na fachada da igreja de Salvador, notadamente o do vão central, o que nos faz supor a mesma autoria de risco. Sob essas mesmas janelas, à guisa de lenço notamos novas formas decorativas em volutas, repetindo os cordões existentes na igreja de Paraguaçu. O frontão, mais simples, orna-se de volutas que serpenteiam sobre a cornija arqueada que contorna o nicho central. Esse elemento superior está arrematado por dois grandes corruchéis que se repetem em outro plano inferior e de onde nascem volutas que descem em linha côncava, e vão arrematar próximo as paredes das torres. Outros quatro corruchéis repetem-se nos ângulos das torres, guarnecendo o platibanda superior, onde assentam as pirâmides de cobertura que, por sua vez, são arrematados por pináculos afilados. As torres estão revestidas de azulejos azuis e brancos dispostos em faixas horizontais quebradas.

O adro fronteiro da igreja não possui cruzeiro, mas é limitado por um muro perimetral, freqüentemente encontrado nas igrejas franciscanas.

Os Azulejos

As peças de maior destaque dessa igreja são, com segurança, os seus painéis de azulejos. Embora Santos Simões tenha estudado a azulejaria portuguesa no Brasil, ao referir-se aos existentes na Igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde, limitou-se a descrever o aspecto floral dos silhares, contar as peças existentes e afirmar que todos os painéis referem-se à vida antonina.

Parece-nos, porém, de suma importância que cada um desses quadros deve merecer um estudo mais profundo, menos por sua origem como elemento decorativo do que por informações sobre a vida do taumaturgo português.

Esses azulejos são o verdadeiro tesouro que buscaríamos para nele encontrar a verdadeira lição que possibilitou o desenvolvimento da mística antonina entre nós. A devoção a Santo Antônio nas terras da Bahia confirma-se pela existência dos três conventos construídos, o primeiro em S. Francisco do Conde, o segundo no Paraguaçu, e o terceiro em Cairu. Dependendo diretamente do Convento de S. Francisco da Cidade do Salvador, as 3 estruturas com invocação de Santo Antônio cumpriram as finalidades da Ordem. Cristianizavam, convertiam, abrigavam e prestavam socorro. Vivendo de esmolas, também favoreciam aos mais necessitados. Nestas igrejas invocamos duas figuras notáveis dos frades menores, são duas figuras grandiosas que foram contemporâneas. São eles S. Francisco de Assis, o Fundador, organizador que, manso e humilde de coração preparou o terreno para a construção da grande igreja, e Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua, que a fortaleceu com a sua palavra.

Se S. Francisco falava aos animais e aos pássaros, Santo Antônio pregava a fé aos peixes. Se S. Francisco jejuava e tivera o alimento do céu, Santo Antônio fizera matar o seu desejo ardente de ser martirizado. Se S. Francisco fora estigmatizado à semelhança de Cristo, Santo Antônio ganhava o poder da ubiquidade.

Os dois irmãos trilharam vidas semelhantes. Nascidos de famílias abastadas preferiram viver na humildade e na pobreza.

S. Francisco, trabalhando com as mãos, imaginara que sua missão de reconstruir a Igreja fosse material. O seu destino, porém, seria a reconstrução espiritual da Igreja.

Santo Antônio seria também o mais humilde servo das casas onde estivera, encarregado da limpeza, trabalho também desprezível, mas, estava reservada para os anos que se seguiram a sua grande revelação como pregador para solidificar a obra iniciada por S. Francisco.

*S. Francisco de
Assis e S. Antônio
de Lisboa*

S. Francisco chamaria Santo Antônio de "meu Bispo" e este chamaria S. Francisco de "meu Pai".

O exemplo desses dois santos cresceu e fortificou a Ordem dos Irmãos Capuchos, desenvolvendo-se e espalhando-se pelo mundo até chegar ao Brasil, onde encontra um clima propício para florescer.

Os painéis de azulejos que vemos na Igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde contam os milagres do Taumaturgo de Lisboa, que serão enumerados adiante.

Se é certa a suposição de Santos Simões sobre os azulejos de Cairu, atribuindo a Bartolomeu Antunes a autoria, poderíamos afirmar que os daqui são também do mesmo autor ou seu discípulo, e devemos encontrar em 1740 a data provável da sua fabricação.

Quem entra na Igreja de Santo Antônio de S. Francisco do Conde não se apercebe logo, à primeira vista, da importância dos azulejos que revestem as paredes da nave.

O estudioso de arquitetura ao penetrar nas igrejas franciscanas do Nordeste espera encontrar sempre azulejos ou talha decorativos revestindo as paredes, vez que esses elementos foram largamente usados pelos irmãos capuchos no Brasil, integrados que estavam no espírito barroco. Enriqueceram as suas igrejas conventuais, embora a regra de S. Francisco estivesse firmada na pobreza que só será encontrada nos claustros superiores e nas celas. As igrejas conventuais enriqueceram-se graças às doações dos muitos benfeitores que vão merecer o título de confrades nos sucessivos capítulos da Ordem⁵⁹. Os conventos continuaram pobres e no de S. Francisco do Conde essa pobreza contrasta com a riqueza escondida nos azulejos da majestosa igreja. Ali não vemos mais os antigos retábulos dos altares, substituídos por outros inexpressivos e sem valor. Infelizmente não se pode afirmar com segurança como teria sido essa talha, salvo se compararmos com o remanescente e visto na portaria.

Mas, embora sem a talha dourada, podemos ainda admirar os magníficos painéis de azulejos e afirmar, sem receio de errar, que é a única igreja franciscana do Brasil que possui os mais belos e admiráveis painéis representativos da vida do Taumaturgo lisboeta.

Não sabemos de outra igreja no Brasil que guarde maior número e melhores painéis figurativos de Santo Antônio do que esta de Sergipe do Conde. É possível que nos escape alguma outra edificação onde sejam encontradas tantas cenas dos milagres do Santo, mas nem mesmo a igreja de Santo Antônio de Igaracu, com seus 13 painéis decorativos, pode se igualar à riqueza dos que vemos nesta igreja do

*Cenas dos milagres
do Santo*

Recôncavo baiano.

Aqui são vinte e quatro painéis preciosos da vida de Santo Antônio que passaram despercebidos dos estudiosos, como Santos Simões, Germain Bazin e Robert S. Smith, sem contar os estudiosos brasileiros que se detiveram aí.

Azulejos de "enquadramento azuis, são de composição concheada, cartela superior e inferior ainda com figuração de anjinhos caprichosamente recortados, vasos nos cantos. A ligação entre os painéis é feita sem interrupção"⁶⁰, demonstrando a intencionalidade de formar um conjunto unitário, provavelmente, encomendado especialmente para o local onde se encontra.

"A figuração é toda antonina e de bom desenho, seguindo estampas de boa qualidade". "Na cartela superior está pintado um sol, e nas inferiores um ramo de lírios. E conjunto deveras notável que convém distinguir e proteger convenientemente"⁶¹.

Santos Simões, embora notando a importância desses azulejos, não os descreve ou relaciona em sua grande obra.

Os painéis dispostos ao longo das paredes da nave e da capela-mor formam uma unidade ornamental que engrandece cada vez mais o monumento. Essa grandeza vale por tudo ou quase tudo que já não mais existe ali. As figurações azuis, integrando-se com a massa da arquitetura, não solicitam outros adornos e por isso mesmo não se sente falta dos retábulos desaparecidos. Cada cena é uma história a contar, é uma evocação da vida do Taumaturgo Santo Antônio. É quase uma ladainha cantada em seu louvor e que o tempo preservou zelosamente e precisa continuar a ser guardada para todos os séculos.

1 — A morte do Santo. Reclinado em seu catre, o Santo tem a visão de Jesus Cristo segurando a Cruz e a da Virgem Maria que lhe estende as mãos. Envolvidos em nuvens surgem anjinhos que espiam abelhudamente a cena. Dois frades ajoelhados assistem ao Santo. Sobre uma mesa colocada à direita está um livro aberto, símbolo da sua sabedoria.

2 — Ajoelhado aos pés do superior sentado, enquanto outros frades, em número de quatro, de pé, contemplam o gesto do Santo. Esta cena parece representar o monumento da profissão de Santo Antônio como irmão capucho. O seu gesto configura a submissão e a obediência a que deve estar sujeito.

3 — O Santo salva uma criança que está dentro de um caldeirão de água fervente. Na cena, vê-se o santo passando ao longe, enquanto dois homens e duas mulheres olham estarecidos uma me-

nina dentro de caldeirão sobre uma fornalha.

4 — O milagre da mula. Conta-se que o herege Gouyard, morador em Bourges, França, desafiou Santo Antônio, propondo a sua própria conversão do seguinte modo: se uma de suas mulas que levasse três dias sem comer preferisse adorar ao Santíssimo Sacramento a devorar um móio de feno, ele, Gouyard, converter-se-ia ao Catolicismo. O Santo aceitou. A cena representa precisamente o momento em que, findo os três dias estipulados, vai Gouyard ao adro da igreja, seguido de um grande cortejo, levando o seu animal que se prostra por terra diante da custódia que traz Santo Antônio, esquecendo a forragem no cesto que um laçao apresenta.

5 — O milagre do pé decepado. Este painel conta a história do fidalgo Leonardo de Pádua que, ao se confessar com Santo Antônio, contou ter dado um ponta-pé em sua própria mãe. Admoestando-o, o Santo lhe diz: "o pé que insulta pai ou mãe devia ser cortado desde logo". Arrependido de seu ato, o rapaz retorna à casa e lançando mão de um machado corta o seu próprio pé. Tomado de grande dor, grita por socorro e é acudido por muitas pessoas que o vêem sangrando sem parar. A mãe do fidalgo recorre a Santo Antônio de quem solicita auxílio. Indo ao encontro do jovem, depois de ter feito algumas orações, tomou o pé cortado e juntou-o à perna, colando-o no mesmo lugar de onde tinha saído. A cena deste milagre está também representada em um painel da Igreja de Santo Antônio de Igarçu.

6 — O milagre da galinha. Alguns hereges da cidade de Patti, desejando confundir Santo Antônio, convidam-no a um jantar onde é servido um prato de galinha ao invés de peixe, como era costume entre os cristãos, ao jantar na sexta-feira. O Santo, compreendendo as intenções dos presentes não se mostrou perturbado e comeu o que lhe era servido. Findo o jantar, o herege deveria denunciar Santo Antônio ao Bispo e ao recolher os ossos deixados no prato do Santo, viu com surpresa, que esses transformavam-se em escamas e espinhas. Outra versão desse milagre repetiu-se mais tarde, quando se substituiu a galinha por uma coruja e esta cena pode ser vista num painel da capela-mor da igreja de Santo Antônio em Cairu.

7 — A cura do cego. Santo Antônio, tocando os olhos de um cego, restitui-lhe a visão, à vista de muitas pessoas. Cena semelhante é encontrada na Igreja de Santo Antônio da Guanabara.

8 — Santo Antônio, pregando, tem a visão de S. Francisco que, ao saber da revelação do Santo de Lisboa, disse: "Agora já temos um

Bispo".

9, 10, 11 — Os painéis 9, 10 e 11 retratam alguns dos muitos milagres operados por S. Antônio graças à intercessão divina: "Se milagres desejais / Recorrei a S. Antônio / Vereis fugir o Demônio / E as tentações infernais..." Nos painéis 9 e 11, S. Antônio cura enfermos, e no painel 10 salva da morte uma criancinha.

12 — O milagre dos peixes. Quando Santo Antônio, na sua peregrinação pela Itália, chegou à cidade de Rimini, não encontrou quem o quisesse ouvir. Dirigiu-se às margens do Adriático e invocou os peixes que logo acudiram ao chamado, colocando as cabeças fora d'água. Com essa assistência, o Santo fez o seu discurso que se concluiu tendo muitos ouvintes que acorreram para ver o milagre. Na capela-mor da igreja de Santo Antônio de Cairu existe um painel maior que este, representando a mesma cena. Também outros painéis desse milagre podem ser vistos na Igreja de Santo Antônio de Belém do Pará e na Igreja de Santo Antônio de Igarau.

13 — Um nobre ajoelhado vê Santo Antônio nas nuvens. Na mesma cena aparece o Menino-Deus. Esta é uma das muitas manifestações de Santo Antônio depois de sua morte a seus fiéis devotos.

14 — Glorificação de Santo Antônio. A cena representa o Taururgo no céu sendo glorificado, tendo a seu lado um anjo que mantém uma coroa sobre sua cabeça. Nesse painel muitos doentes são curados.

15 — Na cela o Santo recebe inspiração divina para os seus sermões. No painel se vê um anjo e uma estante com livros.

16 — Na sua cela, em oração, sendo acompanhado por um anjo.

17 — Santo Antônio tem a visão de Nossa Senhora. Nas igrejas do Pará e de Igarau existem painéis de azulejos representando a mesma cena.

18 — Santo Antônio salva-se de um naufrágio. A cena representa o Santo acompanhado de um menino, enquanto uma tempestade desenrola-se ao fundo do painel. Esta mesma cena pode ser vista no convento de Igarau.

19 — Pregando no púlpito, faz admoestações ao arcebispo a Simão de Souillac, de Bourges, por sua má conduta.

20 — O Santo salva um operário que tem uma grande pedra caída sobre suas pernas. Uma grande pedra ao ser transportada para a construção de uma igreja, desloca-se do carro e cai sobre um operário. Santo Antônio salva o pobre homem do desastre. Esse é o maior painel da igreja e a cena é impressionante pelo vigor das figuras. A

cidade ergue-se ao fundo compondo o quadro.

21 — "Onde estiver o seu tesouro, aí estará também seu coração". Santo Antônio predissera que o coração de um avaro, depois de sua morte, não seria encontrado no corpo e sim junto do seu tesouro. A cena representa o momento em que a arca é aberta e nela, junto às moedas, é encontrado o coração do avaro de Florença.

22 — S. Antônio faz severas críticas ao tirano Ezzelino, da Verona que termina por se arrepender de seus atos cruéis e não ataca a cidade de Pádua.

23 — O milagre da bilocação. Conta-se que Santo Antônio estando na Itália, soube que seu pai seria enforcado, acusado de ter assassinado a um nobre. Enquanto pregava no púlpito, pediu aos fiéis que rezassem um Padre Nosso e deslocou-se até Lisboa, onde fez ressuscitar o morto para que o mesmo declarasse a inocência de seu pai, o que foi feito. A cena representa esse momento da bilocação. O santo encontra-se ao mesmo tempo em Lisboa salvando o pai da forca e na igreja italiana rezando um Padre Nosso.

24 — A cena representa uma procissão ou o transporte dos corpos dos primeiros mártires franciscanos, fato que inspira Santo Antônio a ingressar na Ordem dos Irmãos Capuchos.

Esses painéis de aulejos são preciosos tesouros de arte, que deverão continuar guardados zelosamente na Igreja de S. Sigevo do Conde.

1 SALVINI, D. Afonso, O.S.B. Santo Antônio. Caxias do Sul, Tip. Ed. S. Paulo, 1967.

2 JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Novo Orbe seráfico e brasílico ou Chronica dos Frades menores da Província do Brasil. Rio de Janeiro, Pyp, Brasileira, 1858. Vol. I. p. 379.

3 JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria, op. cit. p. 380.

4 FONSECA, Fernando L. Santo Antônio do Paraguaçu. Salvador, Ed. Beneditina, abril, 1973. p. 19. (Publicações do Museu do Recôncavo W. Pinho).

5 FONSECA, Fernando Luiz da. Um documento franciscano do Século XIX. Revista de Cultura da Bahia. Salvador, Conselho Estadual de Cultura, (7): 17-64, 1972.

6 ANAIS do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. 37 — Livro de Tutelas e inventários da Vila de S. Francisco do Conde, 1960. Salvador, Ba., Da análise desses inventários do século XVIII, pode-se avaliar a prosperidade dos moradores da vila de S. Francisco.

7 JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Op. cit. p. 380.

8 Relação das Freguesias, ACIOLI, Ignácio e Braz, Amaral. Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1937. Vol. V. p. 403.

9 VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. Mapa de todas as freguesias que pertencem ao Arcebispado da Ba-

hia cujos habitantes quanto ao temporal, são sujeitos ao Governo da cidade e capitania etc. Vol. II, entre as páginas 460, 461. Ver também p. 479 do mesmo volume.

Braz do Amaral, em nota ao livro de Ignacio Accioli, Memórias Históricas e políticas da Província da Bahia, Vol III, pg. 82, registra a existência de um curioso códice no Arquivo Público:

Mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas comarcas com a distinção em 4 classes das idades, pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos de mais de 90 anos, dos nascidos, dos mortos e dos fogos, conforme o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito, no que é de notar que aqui não se incluem 11 freguesias das Minas e Sertão do Sul que passaram a jurisdição secular da Bahia.

5 de Dezembro de 1780

Vila de S. Francisco: pop. 13.511 almas; nascimentos 397; obitos 279; freguesias: 11; fogos: 893.

10 VIANNA, Francisco Vicente. Memória sobre o Estado da Bahia. Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1893. Mapa da população da Bahia, p. 102. Ver também: "Nas cinco freguesias de que se compõem o município tempo houve em que o número d'estes engenhos subiu a mais de cento e vinte", p. 549.

11 AGUIAR, Durval Vieira de. Descrições práticas da província da Bahia.

Salvador, Typ. do Diário da Bahia, 1888, pág. 101.

12 CALDAS, José Antonio. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1795. Salvador, Tip. Beneditina, 1951, p. 229. (Ed. Fac-simil.)

13 Caldas, José Antonio — Op. cit. págs. 429, 430 e 431, informam os seguintes engenhos do PARTIDO DE SANTO AMARO:

01 — Dos Religiosos de Santo Antônio de Lisboa

02 — Do mesmo Colégio de Santo Antônio

03 — João Calmon

04 — Cel. Luis da Rocha Pitta

05 — Cap. Pedro Marinho

06 — D. Ana Maria

07 — Manoel de Saldanha

08 — D. Rosa Maria

09 — D. Rosa Maria

10 — Ignácio Barbalho

11 — Bernardo da Silveira

12 — João Pereira Alvarenga

13 — D. Catarina Prado

14 — Leandro de Oliveira

15 — Caetano Machado

16 — Bernardo de Souza Estrêla

17 — Ignácio de Serqueira

18 — Luis da Rocha Pitta

19 — Antonio Nunes de Souza

20 — Balthazar de Vasconcelos

21 — dos Herdeiros de Salvador Pires

22 — Francisco Moreira de Pinho

23 — Francisco Moreira de Pinho

24 — Sebastião Borges

25 — Sebastião Borges

26 — João Felis Machado

27 — dos Religiosos de S. Bento

28 — Estevão de Brito Freire

29 — João Felis Machado

30 — Francisco de Simas Ribeiro

31 — Bartholomeu Soares

32 — Jerônimo da Silveira

33 — Maria Sofia

34 — Balthazar de Vasconcelos

35 — D. Tereza Nunes Teles

36 — Antonio Homem de Carvalho

37 — dos Religiosos de S. Bento

14 ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Salvador. Progresso, 1950, p. 89.

15 SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587, 3.^a ed. Comentada por F. A. Varnhagen. São Paulo, Ed. Nacional, 1938, p. 158-159.

16 PRIMEIRA Visitação do Santo Offício, às partes do Brasil. Soc. Capristano de Abreu. P. Brigue & Cia. Rio de Janeiro, 1935, págs. 91, 104, 110, 114, 115, 120, 126, 160, 169.

17 LIVRO Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento. Salvador. Tipografia Beneditina, 1945, páginas 13, 14, 19, 22, 104, 208, 209, 244, 338, 350, 353, 371, 382, 383, 391, 429, 433, 438, 444.

18 DOCUMENTOS para a história do açúcar, Engenho Sergipe do Conde. Livro de Contas, (1622-1632). Rio de Janeiro, 1950, v. II, p. 185, p. 198.

19 Idem, págs. 206, 211 e 220.

20 Idem, págs. 243, 289 e 424.

A respeito dos trabalhos de esmolar, sabe-se que os franciscanos mantinham ativamente essa tarefa, cabendo a cada um dos conventos, áreas de pedtório estabelecidas nas congregações ou capítulos. Açúcar, farinha, louça, gado, e tabaco, constituíam os gêneros principais dessas esmolas. Frei Venancio Willeke, OFM ao publicar as "Atas Capitulares" presta relevante serviço aos estudiosos da matéria, e onde encontramos à pág. 108: Na congregação de 13 de dezembro de 1621, concedeu-se ao convento de Sergipe do Conde tirar esmolas de farinha até a Barra do Paraguaçu. No capítulo de 11 de fevereiro de 1702 mandou-se que a esmola de gado para o convento de Sergipe do Conde fosse fixada em uma povoação que está acima do Rio Grande de S. Francisco, mas nunca tirar esmola no dito Rio por ser distrito do convento da Bahia. pg. 113. O capítulo de 14/2/1705 estabeleceu os prazos para os conventos da Bahia tirarem esmolas de louça em Jaguaripe. Ceará: de janeiro a março; Paraguaçu: de abril a junho;

Sergipe do Conde: de julho a setembro e o da Bahia: de outubro a dezembro, podendo esse último, tirar outras esmolas em Jaguaripe e em qualquer tempo por ser seu distrito, pg. 114. Essa resolução foi confirmada na congregação de 1 de junho de 1816 pg. 157. Na congregação de 2 de junho de 1718, concedeu-se ao convento de Sergipe do Conde para tirar esmolas de gado da Barra do Rio Grande no distrito de S. Francisco da Torre de Tacutlara e mais fazendas onde houver dos morros até a Barra, as povoações nesta que são do Juiz de Fora... Rio Preto, Rio Branco, Paraguaçu e não das Onças p. 120. No capítulo de 30/12/1719 confirmou-se o estabelecido antes sobre o gado p. 121. No capítulo de 31 de abril de 1787, estabeleceu que "em cada convento haja um livro em que se façam os irmãos Guardiães dois termos, um do dia em que saírem os esmoleres para o pedtório, e outro do dia em que se recolherem, e das quantidades das esmolas que trouxeram, os quais sendo assinados pelos ditos Padres Guardiães, discretos dos conventos e pelos mesmos esmoleres, se apresentando nas outras aos Pes. Provinciais e Visitadores, em para louvarem e premiarem a diligência, ou para repreenderem e castigarem os descuidos dos esmoleres" pg. 137. Já em 1800 os conventos sentiam falta de irmãos esmoleres, mas a congregação de 26 de março de 1804 determinou ajuda aos noviciados pg. 151.

21 JABOATAO, op. cit. V. I 2º p. 145-146.

22 MUELLER, Frei Bonifácio, OFM. Origem e desenvolvimento da província de Santo Antonio, Recife. Província Franciscana de Santo Antônio no Brasil. Provinciário Franciscano, 1897, p. 64.

23 ACCIOLI, Ignácio, AMARAL Braz. op. cit. V. V, p. 137. "Pertencia esse terreno à Câmara Municipal, por sesmarias do Governador Men de Sá, mas pretendo ela doá-lo aos nomeados

religiosos opoz-se a isto Antonio Fernandes, morador na ilha de Maré, dizendo-o seu, por doação, que lhe havia feito causa dotis, seu sogro Pedro de Clntra, a quem também o doara aquele Governador por sesmaria, e por virtude de cujo título tinha ali edificado algumas casas cobertas de palha e ia entrar em polémica policial esta oposição, quando o referido bispo interferindo nela, comprou a esse Fernandes as benfeitorias existentes no mesmo terreno por duzentos cruzados, doando-o consecutivamente aos religiosos, por escritura passada em o dia 8 de abril".

24 MUELLER, Frei Bonifácio, O.F.M., op. cit. p. 77.

Em 1691 a 31 de março a congregação acordou que a casa da Bahia fosse capitular para sempre. Frei Venâncio, atas, p. 110.

25 MUELLER, Frei Bonifácio, O.F.M., op. cit. p. 81.

26 MUELLER, Frei Bonifácio O.F.M., op. cit. p. 134.

27 OTT, Frei Fideli. Livro dos Guardiães. Veja-se também: Willeke Frei Venâncio, Atas Capitulares, p. 114 e 116.

28 MUELLER, Frei Bonifácio, O. F. M., op. cit. p. 80. Willeke, Frei Venâncio, Atas Capitulares p. 100.

29 JABOATAO, op. cit. V. I, págs. 500-503 e Manuscritos. Crônica, anônimo, p. 2.

30 CRONICA, Manuscrito existente no convento de S. Francisco do Conde assinala o nome de Fr. Francisco da Cruz mas, Jaboatão à p. 500 diz Fr. Manoel da Cruz.

31 "CRONICA" — op. cit. p. 2 (ver).

32 JABOATAO — Parte 2.º, V. I, op. cit. p. 509.

33 CRONICA — p. 2.

34 CRONICA — op. cit. p. 2.

35 JABOATAO — op. cit. parte 2.º, V. I, p. 501.

36 JABOATAO — op. cit. parte 2.º, V. I, p. 503.

37 O Cronista não considerou o tem-

po em Marapé porque os Guardiões ainda estavam sem Governo e, como se sabe, levaram aí apenas 2 anos.

38 O Governo de Frei Francisco de Lisboa, começou em 1629 não se sabendo porém quando concluiu. As anotações iniciais do manuscrito não oferecem outras informações quando as épocas das Guardianias, apenas algumas datas são marcadas, por isso mesmo podem ser assinaladas por fatos já conhecidos.

39 Entre os primeiros que são destacados para Marapé, encontra-se um frei Manoel da Cruz, certamente o mesmo que retorna, agora, como Guardião e renovado em 1645 (n.º 8 da lista). Durante a sua primeira Guardiania teria terminado a construção do convento.

40 É provável que as novas obras da igreja e convento tenham começado no tempo de Frei Manoel das Neves, (1639).

41 Vide nota 39.

42 O novo convento estava acabado. (1649).

43 Nesse tempo começou-se a ampliação da nova igreja.

44 A 25 de março de 1722 o Guardião celebrou a missa da inauguração da nova igreja, mas, no ano seguinte o mesmo Frei José de Jesus Maria iniciou a ampliação da igreja, "lançando-a mais para fora, com o frontispício de 5 arcos", segundo Jaboatão.

45 Crônica, op. cit. pág. 5.

46 Crônica, op. cit. pág. 16v.

47 Comparando as listas apresentadas por Carlos Ott, no livro dos Guardiões de Salvador e Fr. Bonifácio Müller, na obra citada, com o manuscrito da Crônica, formamos a seguinte relação:

Lista dos Guardiões de Sergipe do Conde que chegaram a Guardiões do Convento de Salvador e foram também Provinciais.

I) Fr. João da Assunção — guardião em Sergipe do Conde app. 1631. guardião em Salvador — 1633

Fez o colégio de S. Boaventura.

II Fr. Manoel da Cruz — Guardião em Sergipe do Conde app. 1638

2.ª vez em 1645

Guardião em Salvador — 1643

III Fr. Geraldo dos Santos — Guardião em Sergipe do Conde — 1650

Provincial — 1664

IV Fr. Boaventura do Rosário — Guardião em Sergipe do Conde, 1662

Guardião em Salvador — 1670

V Fr. Simão das Chagas — Guardião em Sergipe do Conde — 1664

Guardião em Salvador — 1662

Provincial — 1673

VI Fr. André de S. Boaventura — Guardião em Sergipe do Conde — 1683

Provincial — 1692

VII Fr. Miguel das Neves — Guardião em Sergipe do Conde — 1688

Guardião em Salvador — 1693

VIII Fr. Agostinho da Avunção — Guardião em Sergipe do Conde — 1694

Guardião em Salvador — 1699

Provincial — 1710

IX Fr. Antonio das Chagas — Guardião em Sergipe do Conde — 1733

2.ª vez Guardião em Sergipe do Conde — 1739

X Fr. Jacinto de S. Brigida — Guardião em Sergipe do Conde — 1755

2.ª vez em Sergipe do Conde — 1761

Provincial — 1764

XI Fr. Ubaldo de S. Ana — Guardião em Sergipe do Conde — 1780

Guardião em Salvador — 1787

XII Fr. Francisco de Assis Bahiense — Guardião em Sergipe do Conde — 1815

2.ª vez em Sergipe do Conde — 1816

Provincial — 1834

XIII Fr. João do Nascimento de Maria — Guardião em Sergipe do Conde — 1820

2.ª vez em Sergipe do Conde — 1822

Provincial — 1839

XIV Fr. José de Jesus Maria — Guardião em Sergipe do Conde — 1835

Provincial — 1835

1854

XV Fr. José de S. Matheus — Guardião em Sergipe do Conde — 1829

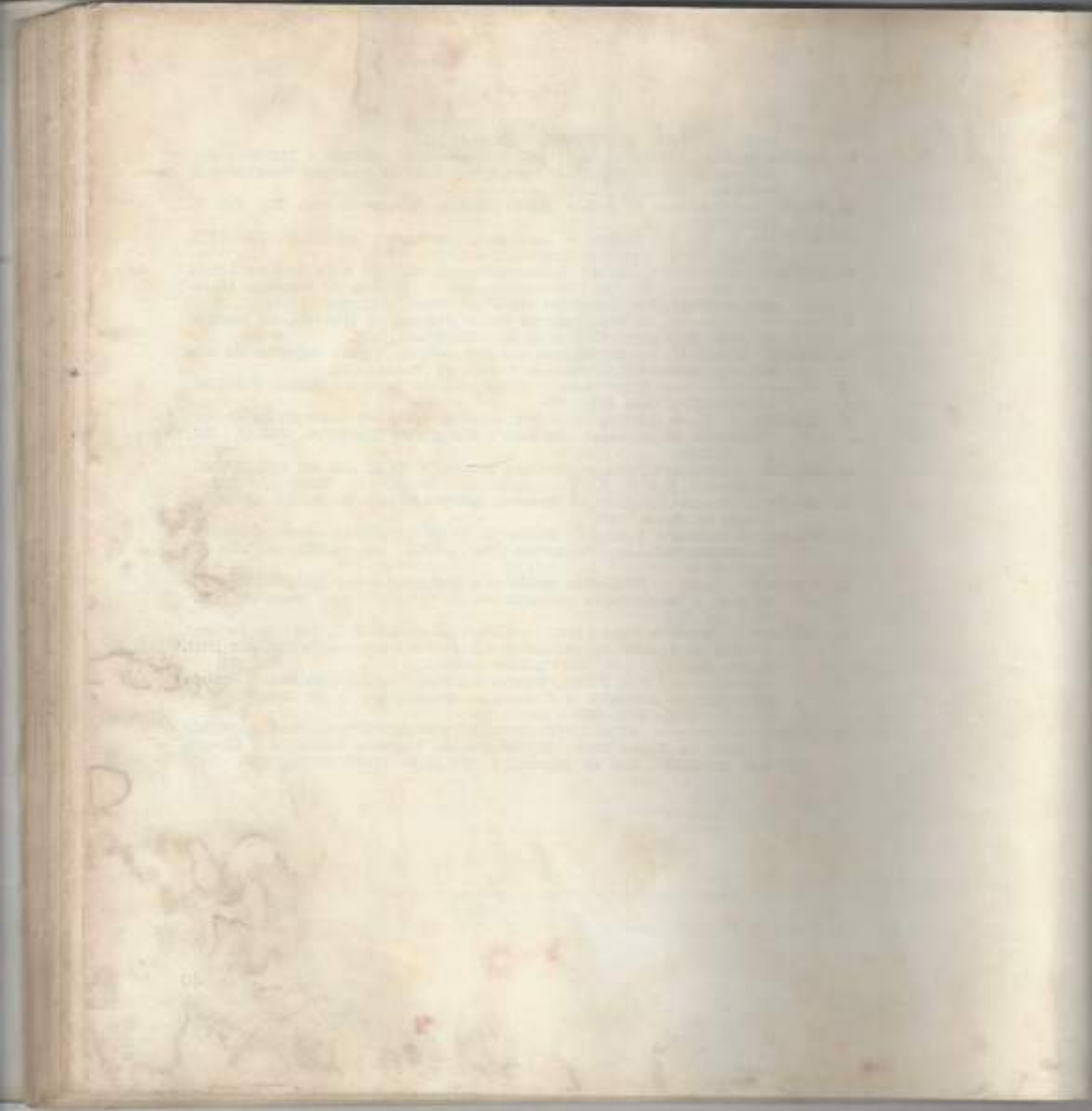
- Guardião em Salvador — 1835
 2.^a vez em Sergipe do Conde — 1831
 2.^a vez em Salvador — 1837
 XVI Fr. Nicolau do Bonfim — Guardião em Sergipe do Conde — 1838
 2.^a vez em Sergipe do Conde — 1840
 Provincial — 1860
 XVII Fr. Francisco da Prociuncula — Guardião em Sergipe do Conde — 1846
 Guardião em Salvador — 1850
 48 CRONICA. op. cit. p. 10.
 49 CRONICA. op. cit. p. 10.
 50 CRONICA. op. cit. p. 10.
 51 WILLEKE, Frei Venancio O.F.M. Atas capitulares op. cit. p. 98.
 52 FONSECA, Fernando Luiz — Santo Antonio do Paraguaçu, p. 8 e 10.
 53 BAZIN, Germain — L'architecture religieuse lerdó que au Brasil, Paris Li-plon, 1956.
 54 BAZIN, Germain — op. cit. p. 112.
 55 BAZIN, GERMAIN — op. cit. p. 112.
 56 BAZIN, Germain — op. cit. p. 123.
 57 BAZIN, Germain — op. cit. p. 123.
 58 BAZIN, Germain — op. cit. p. 125.
 59 WILLEKE, Frei Venancio O.F.M. Atas capitulares.
 60 SANTOS SIMÕES, J. M. dos, Azulejaria Portuguesa no Brasil — 1500-1822, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian — 1963, pg. 164.
 61 SANTOS SIMÕES, op. cit. p. 164.

Bibliografia

1. ACCIOLI, Ignácio — Memórias históricas e políticas da Província da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial, 1919-1940. 6v. (Notas de BRAZ do AMARAL).
2. AGUIAR, Durval Vieira de — Descrições práticas da Província da Bahia. Salvador, Tipografia do Diário da Bahia, 1888.
3. ANAIS do Arquivo Público da Bahia — Vol. 37. — Livro de Tutelas e Inventários da Vila de S. Francisco do Conde. Salvador, 1960.
4. ANTONIL, André João — Cultura e opulência do Brasil. Salvador, Progresso, 1950.
5. ARAÚJO, Manoel do Monte Rodrigues d' — Elementos de direito eclesiástico, público e particular em relação à disciplina geral da Igreja e com aplicação dos usos da Igreja do Brasil. Rio de Janeiro, Liv. A. Gonçalves Guimarães, 1858. (Bispo do Rio de Janeiro).
6. BARBOSA, Manoel de Aquino (Mons.) — A igreja no Brasil; notas para sua história. Rio de Janeiro, Ed. A noite, 1945.
7. BAZIN, Germain — L'architecture religieuse baroque au Brésil. Paris, Lib. Plon, 1956. 2v.
8. CALDAS, José Antonio — Notícia geral desta Capitania da Bahia. Ed. fac-similar. Salvador, Ed. Beneditina, 1951.
9. CAMPELLO, Oscar Oswaldo — Igrejas do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
10. CONFERENCIAS franciscanas. Porto Alegre, Inst. Catholico de Ciências e Letras — Globo, 1927. 215 p.
11. DOCUMENTOS franciscanos. Salvador, Convento de S. Francisco. (Mimeografado).
12. DOCUMENTOS para a História do açúcar; Engenho Sergipe do Conde — Livro de Contas (1622-1653). Rio de Janeiro, Serv. Esp. de Doc. Histórica — Inst. do Açúcar e do Alcool, 1956. v. 2.
13. DOCUMENTOS para a Hist. do Açúcar; Engenho Sergipe do Conde; espólio de Mem de Sá (1569-1579). Rio de Janeiro, Serv. Esp. de Doc. Histórica — Inst. do Açúcar e do Alcool, 1963. v. 3.
14. DOCUMENTOS para a história do Açúcar; Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro, Serv. Esp. de Doc. Histórico, 1954. v. 1.
15. ENCICLOPEDIA dos Municípios brasileiros. Rio de Janeiro, Inst. Nas. de Geografia e Estatística, 1958. v. 21.
16. FALCÃO, Edgard de Cerqueira — Relíquias da Bahia. São Paulo, Of. Romiti & Lanzara, 1940.

17. FONSECA, Fernando L. — Frei Bernardo da Conceição. Salvador, A Tarde 18.11.71.
18. —. Um documento franciscano do século XIX. Revista de Cultura da Bahia, n.º 7, Salvador, 1972.
19. —. Santo Antônio do Paraguaçu. A Tarde, Salvador, 18.09.71.
20. —. Santo Antônio do Paraguaçu. Salvador, Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973. (A Bahia e o Recôncavo: Arte e Monumento).
21. FRANCO, Afonso Arinos de Mello — Desenvolvimento da civilização material no Brasil. Rio de Janeiro, Serv. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944.
22. GNONE, Tomaz — Dicionário arquitetônico. Torino, Soc. Ed. Internazionale, 1954.
23. JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei) — Catálogo genealógico das principais famílias que precedem dos Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caramurus na Bahia. Salvador, Inst. Genealógico da Bahia, 1945.
24. —. Novo orbe seráfico basilico em chronica dos frades menores da Provincia do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1958. 5v.
25. LIVRO de Crônicas do Convento de Santo Antônio de S. Francisco do Conde, 1629-1974. Salvador, Convento de S. Francisco. (Manuscrito).
26. LIVRO das profissões do Paraguaçu, 1805-1924. Salvador, Convento de São Francisco. (Mimeografado).
27. MOSTEIRO de S. Bento, Livro Velho do Tombo da. Salvador, Beneditina 1945.
28. MUELLER, Bonifácio (OPM) — Origem e desenvolvimento da Provincia de Santo Antonio, 1584-1937. Recife, Provincialado Franciscano, 1957. V. I.
29. MULLER, Christiano — Memória histórica sobre a religião na Bahia. Salvador, Imp. Oficial, 1923.
30. OTT, Fidelis (Frei) — Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia — Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, 69: 1943.
31. —. Os azulejos do Convento de S. Francisco da Bahia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Patrimônio Hist. P. Nacional, 7, 1943.
32. —. O Claustro do Convento de S. Francisco da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, 68 — 1942.
33. PITTA, Sebastião da Rocha — Histórico da América Portuguesa. 1.ª ed. Salvador, Liv. Progresso Ed., 1950.
34. PRIMEIRA Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Purtado de Mendonça (Confissões da Bahia) 1591-93. Sociedade Capistrano de Abreu. F. Briguet & Cia, Rio de Janeiro, 1935.
35. QUERINO, Manoel — Artistas baianos. Salvador, Of. Exp. Bahia, 1911.
36. REVISTA Santo Antonio. Salvador, coleção — I e II séries.
37. REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1:17.
38. RUTTEN, Menandro ORF (Frei) — Livro de óbitos da Provincia de Santo Antonio — 1584-1937. Provincialado Franciscano de Recife, 1957. (mimeografado).
39. SALVADOR, Vicente do (Frei) — História do Brasil. Nova ed. rev. por Capis-

- trano de Abreu. São Paulo, Wetsaflog, 1918.
41. SANTA MARIA, Agostinho de, (Frei) — Santuário Mariano e histórico das imagens milagrosas de Nossa Senhora. *Rev. do Instituto Geográfico e Histórico*. Salvador, 74, 1947.
 42. SALVINI, D. Afonso, (O.S.B.). Santo Antonio. Caxias do Sul. Tip. Ed. S. Paulo 1967.
 43. SIMOES, J. M. dos Santos — Azulejaria portuguesa no Brasil, 1500-1822. Lisboa, Fund. Calauete Gulbenkian, 1965.
 44. SINZING, Frei Pedro, (OPM) — Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Boletim). Rio, Imprensa Nacional, 1933.
 45. ———. O Thaumaturgo Santo Antônio na História, na lenda e na Arte. Petrópolis. Centro da Boa Imprensa, 1923.
 46. SMITH, Robert C. — Arquitetura colonial baiana; alguns aspectos da sua história. Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1941.
 47. ———. Arquitetura colonial. In: *As artes na Bahia*. Salvador, Livraria Progresso Ed. 1955.
 48. SOARES, J. C. de Macêdo — Santo Antonio, autor da imitação de Cristo. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1948. V. 201, p. 120, 137.
 49. SOUZA, Gabriel Soares de — Tratado descritivo do Brasil em 1587. 3.^a ed. comentada por F. A. Varnhagen. São Paulo, Cia. Nacional, 1938.
 50. VIANNA, Francisco Vicente — Memória sobre o Estado da Bahia. Salvador, Diário da Bahia, 1893.
 51. VILHENA, Luis dos Santos — Cartas de Vilhena; notícias soteropolitanas e brasílicas. Salvador, Imprensa Oficial, 1922. 2v. (Notas de Braz do Amaral).
 52. VITERBO, Souza — Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922. 3v.
 53. WILLEKE, Venancio OPM (Frei) — Convento de Santo Antonio de Pojuca. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio Hist. e Art. Nac., n.º 13). Rio de Janeiro, 1956.
 54. ———. Frei Pedro Palacios e a Penha do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Inst. H. G. Bras, (286), 1970.
 55. ———. ATAS Capitulares da provincia Franciscana de Santo Antonio do Brasil 1649-1893. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, I. G. H.B. (286): 93-222, 1970.





1 Frontispicio.



2 *Brasão de S. Francisco no teto da Igreja.*

3 *Pináculo.*





4 Interior do claustro.



5 Aspecto da fachada da igreja: torre.





7 Painel de azulejo: detalhe.



8 Púlpito.





10 Vista panorâmica de S. Francisco do Conde.



11 Torre da Igreja de S. Francisco do Conde.



10 Vista panorâmica de S. Francisco do Conde.



11 Torre da Igreja de S. António.



12 Igreja de S. Gonçalo: matriz.



13 *Cadeiral do coro.*



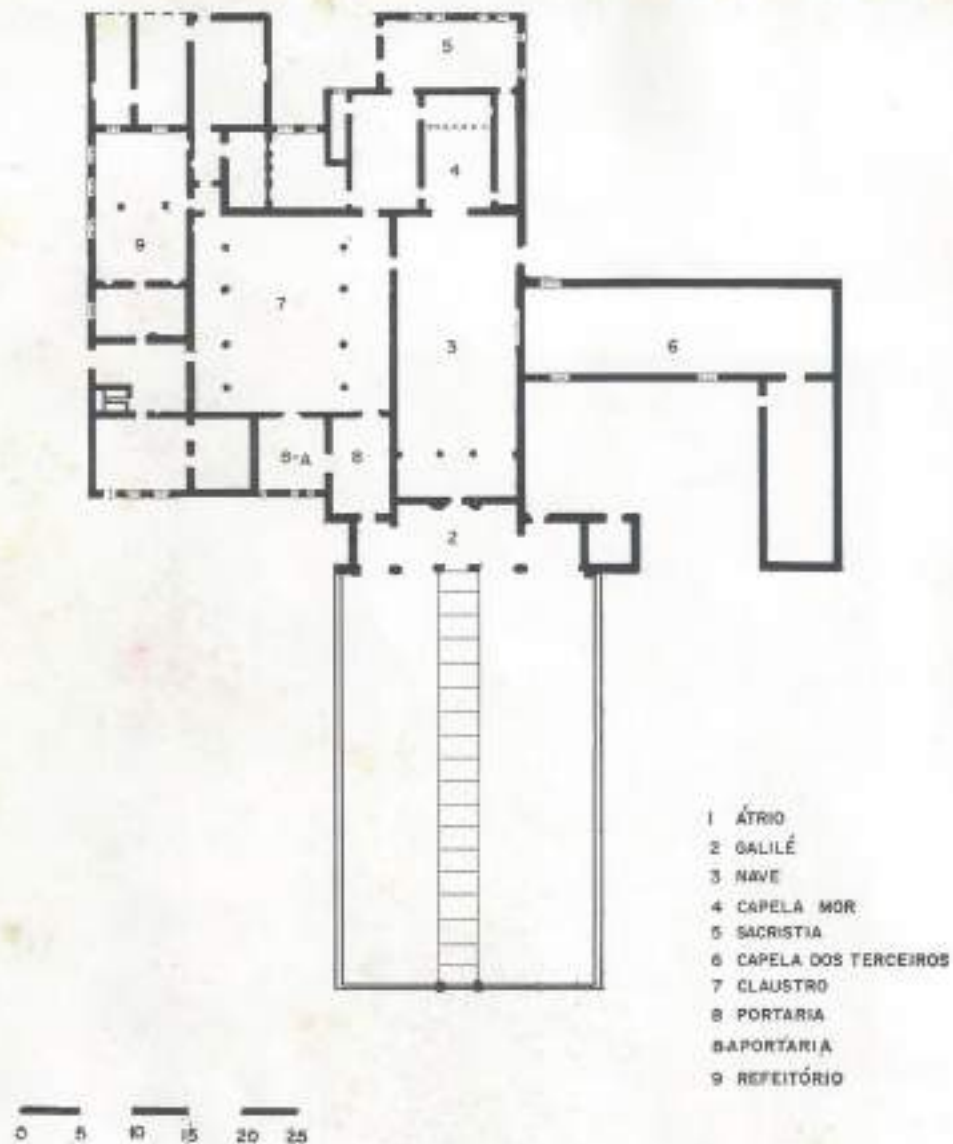




16 Claustro superior.







19. Igreja e convento de S. Francisco do Conde: planta do térreo.

Foto da capa, Getúlio Vargas Menezes. Vinheta da capa, Floriano Teixeira.
Fotos 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, Getúlio Vargas Menezes. Fotos 4; 5; 9;
17, Nelson de Araújo. Desenho da planta do Convento de S. Francisco do Con-
de, R. O. Magalhães.

EXPLICIT

Terminou-se a impressão deste livro aos 31 de agosto de 1975, nas oficinas da Editora Beneditina Limitada, a Rua do Paraíso n.º 8, na Cidade do Salvador, Bahia, sendo Prefeito da Cidade de São Francisco do Conde Cláudio Oliveira Dias, que ordenou a sua publicação.

Diretor do Museu do Recôncavo: Wanderley Pinho; Carlos Eduardo da Rocha, Projeto e *lay-out* desta coleção; Nelson de Araújo, Edição e revisão; Nelson de Araújo, Carlos Eugênio Junqueira Ayres e Clímério Joaquim Ferreira, Supervisão gráfica; Abílio Cândido de Jesus, Chefe de Latt-Mayer S. A., Rio.

LAUS DEO

Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho

A BAHIA E O RECÔNCAVO

SÉRIE ARTE E MONUMENTOS

Santo Antônio do Paraguaçu — Fernando L. Fonseca

O Mobiliário Antigo na Bahia — Carlos Eduardo da Rocha

O Mobiliário Antigo na Bahia (2.^a edição) — Carlos Eduardo da Rocha

O Convento de São Francisco do Conde — Fernando L. Fonseca

A aparecer

A Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira — Valentin Calderón

SÉRIE SOCIEDADE E CULTURA

Embarcações do Recôncavo — Pedro Agostinho

A aparecer

Dois Formas de Teatro Popular do Recôncavo Baiano — Nélson de Araújo

A Pesca do Xaréu: Notas Etnográficas — Júlio Santana Braga

O Teatro na Bahia no Século XIX — Pierre Verger

SÉRIE CIDADES E REGIÕES

A aparecer

A Baía de Tinharé — Vasconcelos Maia

SÉRIE DOCUMENTOS E MONOGRAFIAS

Poemas do Recôncavo — Gregório de Mattos e Guerra

— Introdução, seleção e notas de Fernando da Rocha Peres



Agora convém que vamos correndo toda a redondeza da Bahia e recôncavos dela, para se mostrar o muito que tem para ver e que notar.

Gabriel Soares de Souza

